

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

AMANDA MARQUES BRITO DE SOUZA

**OS SENTIDOS DO TRABALHO REPRODUTIVO PARA MULHERES
PARTICIPANTES DO PROJETO “‘ESCREVIVÊNCIAS’ FEMININAS” À LUZ DA
TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL**

VARGINHA/ MG

2025

AMANDA MARQUES BRITO DE SOUZA

**OS SENTIDOS DO TRABALHO REPRODUTIVO PARA MULHERES
PARTICIPANTES DO PROJETO “‘ESCREVIVÊNCIAS’ FEMININAS” À LUZ DA
TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharela em Administração Pública, apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Mitsue Soares Onuma

VARGINHA/ MG

2025

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Campus Varginha

Souza , Amanda Marques Brito de.

Os sentidos do trabalho reprodutivo para mulheres participantes do projeto “Escrevivências’ Femininas” à luz da Teoria da Reprodução Social / Amanda Marques Brito de Souza . - Varginha, MG, 2025.

63 f. : il. -

Orientador(a): Fernanda Mitsue Soares Onuma.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública)
- Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2025.

Bibliografia.

1. Trabalho reprodutivo. 2. Sentidos do trabalho. 3. Teoria da Reprodução Social. I. Onuma, Fernanda Mitsue Soares , orient. II. Título.

AMANDA MARQUES BRITO DE SOUZA

**OS SENTIDOS DO TRABALHO REPRODUTIVO PARA MULHERES
PARTICIPANTES DO PROJETO “‘ESCREVIVÊNCIAS’ FEMININAS” À LUZ DA
TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL**

A banca examinadora abaixo assina a aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Graduada em Administração Pública pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovado em: 27 de novembro de 2025

Prof^a. Fernanda Mitsue Soares Onuma (Orientadora)

Instituição: Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha – MG.

Assinatura: _____

Prof^a. Santiane Arias Ribeiro

Instituição: Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha – MG.

Assinatura: _____

Prof^a. Vanessa Tavares de Jesus Dias

Instituição: Universidade Federal de Alfenas, campus avançado de Varginha – MG.

Assinatura: _____

VARGINHA/ MG

2025

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso às mulheres que participaram das oficinas de extensão do projeto “Escrevivências Femininas”. Muito obrigada pelo acolhimento, trocas, conversas, risadas, lanchinhos e gestos de carinho!

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, me peguei questionando se era realmente necessário desenvolver esta seção de agradecimento para este Trabalho de Conclusão de Curso. Em um primeiro momento, havia preterido este texto, focando apenas em um pequeno agradecimento às mulheres que participaram das rodas de extensão e foram essenciais para o desenvolvimento dos estudos do projeto Escrivivência. Porém, refletindo sobre minhas vivências ao longo dos últimos seis anos na Universidade Federal de Alfenas e no curso de Administração Pública (e principalmente nos acontecimentos de 2025), comecei a lembrar de pessoas que eu jamais poderia deixar de citar e agradecer, até porque nenhuma trajetória é individual (ou, como meu pai sempre me fala, “não somos ilhas”), e talvez este agradecimento fique mais longo do que era pretendido (tendo a plena consciência de que a maioria das pessoas citadas aqui jamais saberão da existência deste espaço, rs).

Mesmo assim, não poderia deixar de iniciar estes agradecimentos pelos meus pais, Altair e Neusa, que sempre me apoiaram e foram parceiros em toda a minha trajetória, desde o primeiro dia de aula na pré-escola até meus devaneios acadêmicos... escutando, repetidas vezes, minhas apresentações de ICs, TCP, TCC e seminários, sempre sendo a minha primeira banca avaliadora.

Da mesma forma, destaco a importância da minha irmã Fernanda, na qual muitas das vezes não precisamos nem trocar palavras para expressar o que está acontecendo... basta um olhar ou uma respiração mais funda que, posteriormente, resolvemos qualquer problema do mundo com uma ligação, com uma volta no centro, um cafezinho (no seu caso, uma coquinha) com pão de queijo, ou simplesmente deitamos e assistimos, pela vigésima vez, uma série conforto! Obrigada por sempre estar comigo e me proporcionar ser madrinha do Samuel, que é o ser humano mais incrível e nerdola que uma tia/madrinha poderia sonhar em ter! Aproveitando, eu te amo demais, minha criança!

À minha avó Terezinha, atualmente com seus 93 aninhos, que todos os dias fica preocupada de eu ficar doente de tanto estudar (rs), que sempre me pergunta sobre meus trabalhos e minha vida na universidade: eu te amo demais e agradeço sempre por estar com você. Jamais esquecerei o dia em que você me contou como sentia orgulho por ter netas que conseguiram continuar estudando, pois você amava isso, porém foi obrigada a parar porque não existiam mais escolas próximas que aceitassem mulheres depois das séries que você já havia concluído.

Talvez a parte mais difícil de escrever deste agradecimento seja sobre a minha avó

Sebastiana (in memoriam). Não ter mais as suas risadas, que sempre terminavam em lágrimas de orgulho, jamais será suprido. Estes e todos os trabalhos que já realizei ou ainda vou realizar sempre estarão dedicados a você: mãe solo (por ter que arcar com as consequências das violências e torturas nos manicômios contra o meu avô), diarista e uma entre milhares de pessoas assassinadas pela demora das respostas públicas à pandemia da COVID-19. Que nós, como sociedade, sempre recordemos deste momento e nos mantenhamos em alerta em defesa das ciências e contra governos neofascistas.

Este agradecimento jamais estaria completo sem citar e agradecer nominalmente meus amigos. Ao Rodrigo, que fez 2024 e 2025 ser surpreendentemente leve e caótico ao mesmo tempo, que sempre me escuta, me apoia e me aconselha, sendo aquela pessoa tranquila (ao mesmo tempo agitada) que consegue resolver todos os problemas com um volezinho ou com uma cervejinha bem gelada (e agora com uma corrida “leve” de 5 a 10 km). Obrigada por sempre me escutar falando de todas as coisas da Unifal e trabalhos acadêmicos, mesmo não tendo ideia dos termos que estou usando (desculpa por isso).

Do mesmo modo, não cabe em palavras a importância que o Yago e o Kevin têm na minha vida. Vinte anos de amizade não podem ser resumidos em agradecimentos de um parágrafo; vocês são pessoas que estiveram juntas em todos os estágios da minha vida. Obrigada por sempre me escutarem, por estarem dispostos a sentar na praça, em algum trailer de lanches duvidosos ou em uma rua aleatória qualquer para reclamarmos da vida e, simplesmente, depois de alguns minutos, esquecermos totalmente todos os problemas e começarmos um bate-boca sobre a escalação dos nossos times durante a “Copa Robertão”. Afinal, sempre acaba nós três!

Caio, Letícia, Jady, Lavínia, Rebeca (e como toda certeza, Cecília): sem vocês, nada na Unifal nestes últimos anos teria feito sentido. Jamais conseguirei agradecer a vocês por tudo. Se hoje estou defendendo este TCC (e cursando o mestrado) é por causa de vocês, que me apresentaram este mundo, que me incentivaram, me ensinaram, que fizeram as tardes na sala do PET e do GENI serem leves. Amo vocês, amo nossos cafezinhos, nossos meet, nosso grupinho, e ver vocês realizando sonhos, formando famílias, sendo mestres e doutorandos é incrível!

Este agradecimento está sendo escrito em decorrência de diversas reflexões que o ano de 2025 possibilitou. Assim, não poderia deixar de agradecer e destacar a importância das professoras Aline, Cilene e Fernanda nesta trajetória. É difícil expressar e destacar como as palavras, conselhos e até mesmo os chacoalhões de vocês me deram forças para continuar, mesmo quando achei que todos os meus planejamentos acadêmicos haviam desmoronado e

que não existiam mais caminhos a seguir. Obrigada por tudo, por me aceitarem no GENI e como orientada em diversos momentos diferentes da graduação.

Reforço aqui novamente o meu agradecimento à minha orientadora Fernanda por tornar possível a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso (agora temos uma dissertação a caminho, rs). É um imenso prazer poder conviver e ser orientada por você!

Acima de tudo agradeço as meninas da limpeza e da cantina da Unifal campus Varginhas, obrigada pelo acolhimento, abraços e conversas. Sem vocês as tardes e vivências neste espaço não teriam sentido. Obrigada por tudo!

Por fim, não poderia deixar de destacar a importância que as políticas públicas tiveram ao longo da minha trajetória acadêmica. Desde o segundo período, tive a oportunidade de ter acesso a bolsas de pesquisa e extensão que sempre tornaram possível, mesmo que o valor fosse muito abaixo do necessário, me dedicar exclusivamente aos estudos (agradeço aqui novamente aos meus pais, que em todos os momentos me apoiaram financeiramente, mesmo que muitas vezes tenha sido extremamente difícil). Destaco aqui especialmente o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), sem o qual seria praticamente impossível concluir minhas duas graduações e, com toda certeza, não estaria neste momento cursando o mestrado.

Assim, agradeço e destaco a importância das universidades **públicas, gratuitas e de qualidade para todos!**

“O que interessa não é se a classe vem antes do gênero ou o gênero antes da classe, mas como o gênero [raça] e a classe se entrelaçam nas relações de produção capitalista e nas relações de poder para dar vida a uma complexa realidade”

(Arruzza, 2019, p. 140)

RESUMO

O presente estudo possui como propósito discutir quais são os sentidos do trabalho reprodutivo para mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica de Varginha–MG, à luz da Teoria da Reprodução Social (TRS). A pesquisa possui bases qualitativas, e utilizou-se de entrevistas semiestruturadas com nove mulheres participantes das oficinas extensionistas do projeto “‘Escrevivências’ Femininas: traçando linhas em educação, direitos humanos e políticas públicas em Varginha–MG” (CAAE — 60933622.0.0000.5142). A análise, fundamentada na Análise de Conteúdo, identificou sentidos diversos e contraditórios relacionados ao trabalho reprodutivo remunerado e não remunerado, articulando elementos materiais, simbólicos e afetivos. Os relatos apresentam como o trabalho reprodutivo se entrelaça com as construções sociais deste como uma obrigação feminina, muitas das vezes invisibilizados e não-remunerados. Com destaque para os sentidos contraditórios, por um lado, orgulho e reconhecimento social; por outro, sobrecarga, dor física e ausência de valorização. Além disso, as histórias apresentadas pelas mulheres perpassam a construção deste trabalho como ato de amor e dever materno. Por meio da lente da TRS, é possível apontar ainda como as desigualdade de gênero, raça e classe são utilizadas pelo capital na organização do trabalho e no amortecimento das contradições do sistema capitalista. De modo que os sentidos do trabalho reprodutivo estão enraizados em construções sociais de amor, dever materno e solidariedade, mas compartilham sentidos similares aos trabalhos remunerados, apesar da falta de reconhecimento e valorização, especialmente nos trabalhos não remunerados. Portanto, espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para o campo da Administração, em especial para os estudos organizacionais voltados aos debates sobre as desigualdades de gênero, destacando principalmente a necessidade de reconhecer os impactos estruturais e a superexploração do trabalho reprodutivo na vida das mulheres.

Palavras-chave: Trabalho reprodutivo; Sentidos do trabalho; Teoria da Reprodução Social.

ABSTRACT

The present study aims to discuss what are the meanings of reproductive work for women in situations of socioeconomic vulnerability in Varginha–MG, in the light of the Social Reproduction Theory (SRT). The research has qualitative bases, and semi-structured interviews were conducted with nine women participants of the extension workshops of the project “‘Escrevivências’ Femininas: tracing lines in education, human rights and public policies in Varginha–MG” (CAAE — 60933622.0.0000.5142). The analysis, based on Content Analysis, identified diverse and contradictory meanings related to paid and unpaid reproductive work, articulating material, symbolic and affective elements. The reports show how reproductive work intertwines with the social constructions of it as a female obligation, often invisible and unpaid. With emphasis on the contradictory meanings, on one hand, pride and social recognition; on the other, overload, physical pain and lack of appreciation. In addition, the stories presented by the women go through the construction of this work as an act of love and maternal duty. Through the lens of SRT, it is also possible to point out how gender, race and class inequalities are used by capital in the organization of labor and in the softening of the contradictions of the capitalist system. Thus, the meanings of reproductive work are rooted in social constructions of love, maternal duty and solidarity, but share similar meanings with paid work, despite the lack of recognition and appreciation, especially in unpaid work. Therefore, it is expected that the results of this research may contribute to the field of Administration, especially to organizational studies focused on debates about gender inequalities, highlighting mainly the need to recognize the structural impacts and the overexploitation of reproductive work in women’s lives.

Keywords: Reproductive work; Meanings of work; Social Reproduction Theory.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação das mulheres entrevistadas.....	29
Quadro 2 - Grades e temas de análise.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Comitê de ética em pesquisa
CRAS	Centro de Assistência Social
FAPEMIG	Fundação de amparo à pesquisa de Minas Gerais
GENI	Grupo de pesquisa gênero pela não intolerância
NUCAP	Núcleo de Capacitação para Paz de Varginha (Ong)
ODS	Oficina do Ser (Ong)
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRS	Teoria da Reprodução Social
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	JUSTIFICATIVA	15
1.1.1	Estado da arte de dissertações e teses produzidas no Brasil (2019–2024)	16
1.2	OBJETIVO:	19
2	OS SENTIDOS DO TRABALHO REPRODUTIVO PELA LENTE DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL	19
2.1	A LENTE DO TRABALHO REPRODUTIVO	20
2.2	OS SENTIDOS DO TRABALHO	25
3	PERCURSO METODOLÓGICO	28
3.1	PESQUISA COM INTERFACE EM EXTENSÃO	30
3.2	ENTREVISTAS	30
3.3	O MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO EM BARDIN	33
4	ANÁLISES E DISCUSSÕES	35
4.1	CONSTITUIÇÃO INICIAL DOS SENTIDOS DO TRABALHO REPRODUTIVO	35
4.1.1	O Trabalho reprodutivo como condição de sobrevivência	36
4.1.2	O Trabalho reprodutivo como expressão de dever e afeto	40
4.2	OS SENTIDOS DO TRABALHO REPRODUTIVO QUE PERMANECEM AO LONGO DA VIDA	43
4.2.1	O Trabalho reprodutivo como fonte ambígua de reconhecimento	43
4.2.2	A Continuidade do trabalho reprodutivo ao longo da vida	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO	60
	APÊNDICE B – POLÍTICA PÚBLICA DE CUIDADOS (PNC)	61

1 INTRODUÇÃO

O trabalho constitui uma categoria central para a compreensão da organização da vida social nas sociedades capitalistas, uma vez que é por meio dele que se produzem as condições materiais necessárias à sobrevivência humana. Contudo, no interior desse sistema, o trabalho não se apresenta de forma homogênea. Ao lado do trabalho produtivo, diretamente vinculado à produção de mercadorias e à valorização do capital, há um conjunto de atividades indispensáveis à manutenção da vida, historicamente desvalorizadas e invisibilizadas: o trabalho reprodutivo.

O trabalho reprodutivo compreende as atividades físicas, emocionais e simbólicas necessárias à reprodução cotidiana e geracional da força de trabalho, como o cuidado com crianças, idosos e doentes, a organização do lar, o preparo de alimentos e a sustentação dos vínculos afetivos. Embora essencial para o funcionamento da sociedade capitalista, esse trabalho foi historicamente construído como uma extensão “natural” da feminilidade, sendo atribuído majoritariamente às mulheres e realizado, em grande parte, de forma gratuita ou precariamente remunerada (Federici, 2019a; 2019b).

A proposta de pesquisa deste estudo baseia-se na necessidade de se repensar as estruturas em torno do trabalho reprodutivo, no qual, por meio da Teoria da Reprodução Social compreende-se que as segregações no sistema capitalista possuem três estruturas hierárquicas, a de classe (burguês e proletariado), gênero (homens e mulheres) e raça (brancos e não brancos). Segundo Arruzza (2015, p.57), o racismo e a misoginia “não correspondem a dois sistemas autônomos que possuem suas próprias causas particulares: eles passaram a ser uma parte integral da sociedade capitalista por meio de um longo processo histórico que dissolveu formas de vida social precedentes”. Com as segregações e violências baseadas na raça/etnia e sexo, tendo como objetivo final a promoção do controle da sociedade, o amortecimento dos conflitos de classe e, principalmente, a organização do trabalho a favor do capital (Arruzza, 2015; Federici, 2019a; Saffioti, 2013).

1.1 JUSTIFICATIVA

Este estudo se justifica pela relevância e necessidade de compreender a realidade local das vivências das mulheres no município de Varginha, bem como as demandas existentes por estas. Sendo, também, necessário reconhecer os impactos da atual fase do sistema capitalista, no qual recai principalmente sobre as mulheres. Visto que, pela estruturação histórica do trabalho reprodutivo, estas são recorrentemente responsabilizadas pelas políticas públicas

sociais negadas, o encargo da sobrevivência e as criações de estratégias de subsistência mínimas

Além disso, decorrente da estrutura do Grupo de Pesquisa Gênero pela não Intolerância (GENI), por meio do projeto de extensão com interface em pesquisa “Escrivências Femininas: traçando linhas em educação, direitos humanos e políticas públicas em Varginha–MG”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), tem-se ainda a obrigação das universidades públicas de realizar contato sistemático com a sociedade, de forma dialógica, respeitando os princípios da extensão universitária e sua interface com o desenvolvido de pesquisas.

1.1.1 Estado da arte de dissertações e teses produzidas no Brasil (2019–2024)

Visando a investigação hodiernas de pesquisas sobre “os sentidos do trabalho” no Brasil e as necessidades de investigação em torno desta discussão, foi realizado um “estado da arte” de dissertações e teses produzidas no Brasil nos últimos 5 anos (2019-2024) no “Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES”, correspondendo a 287 pesquisas desenvolvidas (166 dissertações e 75 teses). Buscando segregar aqueles que tratavam sobre “os sentidos do trabalho”, com o recorte teórico sobre gênero, chegou-se a 10 Teses e Dissertações desenvolvidas, que possuíam o seu documento final, de forma integral, disponível para leitura.

Estes 10 trabalhos, desenvolvidos em todas as áreas do conhecimento, discutem diversas perspectivas sobre os sentidos do trabalho reprodutivo remunerado, duplas/triplas jornadas e outros problemas sociais em torno da construção social binária dos trabalhos reprodutivos como femininos, desvalorizados e invisibilizados.

Rosa (2019), investiga 10 relatos de mulheres agricultoras residentes do município de Nova Palma–RS, apontando que é possível observar que há uma construção das identidades pessoais e profissionais. Com o trabalho, para esta pesquisadora, não é apenas uma atividade a ser realizada, mas sim uma experiência que traz significado e prazer para a vida, influenciando diretamente como o grupo de mulheres se reconhecem e se relacionam com o mundo ao seu redor. Em seus estudos, a autora se utiliza do recorte de mulheres que trabalham na agricultura, apresentando com um dos seus resultados as preocupações ao longo prazos das trabalhadoras rurais, que se enquadram no trabalho reprodutivo de cuidado e subsistência ao longo prazo.

Por meio de outro objetivo, Lick (2022) questiona os sentidos do trabalho para oito mulheres bancárias, pós-licença-maternidade, de Curitiba-PR e/ou região metropolitana. Apresentando que os sentidos estão ligados, principalmente, as nuances e necessidade de conciliação entre os trabalhos produtivos e reprodutivos para mulheres bancárias, no qual se destaca as dificuldades da sobrecarga do cuidado e dos afazeres de casas perante a construção social assimétrica entre os gêneros para a realização deste trabalho. Ao mesmo tempo, Lick (2022) pontua que estes são dotados de diferentes sentidos, singulares às experiências de vida, com as atividades sendo uma expressão do contexto das trabalhadoras, que está em construções distintas de sentidos.

Mantovani (2022), em um recorde que tangenciam as discussões realizadas por Lick (2022), trata também das relações entre trabalho produtivo e reprodutivo, apresentando, por meio do recorte de seis mulheres Microempreendedoras Individuais (MEIs), as instabilidades, sobrecargas e inseguranças deste trabalho, ao mesmo tempo que pontua os sentidos do trabalho por meio da autonomia e realização profissional. Destacando as contradições entre o trabalho, as relações de gênero, família e maternidade, destacando como estas resistem frente ao trabalho, movimento sociais e as próprias famílias.

As investigações sobre os sentidos do trabalho reprodutivo são enfatizadas em relação ao cuidado nos estudos de Gomes (2021), que aborda sobre o labor de cuidadoras de idosos remuneradas e as construções dos sentidos destas. Destacando em sua pesquisa a baixa remuneração, a precarização e a invisibilidade que estas trabalhadoras têm que lidar em seu cotidiano. De forma contundente, a autora destaca que os sentidos deste trabalho estão ligados às questões relacionais e emocionais, bem como os sofrimentos ligados a mortes, piora de saúde dos pacientes e a impotência perante aos maus tratos dos idosos pelos familiares.

Em outra perspectiva, Freitas (2023), por meio de sua pesquisa sobre as relações de gênero e os sentidos do trabalho docente, apresenta que os sentidos do trabalho no contexto do ensino estão sendo perpassados pelo aumento da flexibilidade, insegurança, impactos da globalização, tecnologia e falta de solidariedade, ao mesmo tempo que a principal indicação da construção de sentidos para estas(es) trabalhadoras(es) são guiados pela importância em torno da profissão e união entre os educadores. Enquanto os recortes de gênero na pesquisa apresentam os debates sobre a construção histórica dos papéis atribuídos aos gêneros e a prevalência das mulheres neste setor de trabalho. Além de pontuar que as identidades de gênero estão diretamente relacionadas aos sentidos do trabalho.

Bacim (2023) aprofunda em sua pesquisa sobre as questões que atravessam as construções dos sentidos para as trabalhadoras, destacando que este possui problemáticas

mais profundas, que em seu recorte de pesquisa com trabalhadoras do turismo, ela pontua a continuação do processo ideológico, a partir de lugares socialmente construídos, a partir de espaços ocupados na estrutura social e na luta de classes. No qual, o capital, explora continuamente o trabalho invisibilizado das mulheres, que mesmo em espaços de “trabalho produtivo”, ocorre a utilização do trabalho reprodutivo, tais como os corpos das trabalhadoras do setor de turismo para encantar os turistas.

Em relação ao trabalho reprodutivo sexual, Couto (2023), por meio das vivências de mulheres profissionais do sexo, ressalta as suas marginalizações neste labor, a vulnerabilidades sociais e os mecanismos criados pelas trabalhadoras para os enfrentamentos das problemáticas em torno dos preconceitos e violência, bem com as práticas de saúde que estas priorizam em seu cotidiano. No qual, segundo o autor, estes são os modeladores dos sentidos deste trabalho. Do mesmo modo, Lisboa (2021) destaca que os sentidos são perpassados pelas mudanças sociais e pela luta contra os estigmas em torno da profissão. Por fim, ambos concluíram que estas análises e discussões são complexas e multifacetadas, principalmente decorrente das controvérsias e preconceitos sobre este trabalho.

Tangenciando o objetivo de estudo deste trabalho, duas dissertações e teses produzidas nos últimos cinco anos conversam com a presente proposta de pesquisa. Moser (2024), em contexto com as Políticas de Assistência Social, por meio de uma parceria com o CRAS, busca investigar como as mulheres em situação de vulnerabilidade atribuem sentidos para os seus trabalhos. Como resultado, a autora aponta que os recortes de mulheres em situação de vulnerabilidade impactam na atribuição de sentidos aos seus trabalhos, além de estarem ligados a uma busca por autonomia, dignidade e realização pessoal, discutindo por meio das lentes das políticas públicas e como estas possuem um impacto em relação aos sentidos do trabalho.

Em um mesmo recorte do local de pesquisa, Costa (2023) busca também investigar os sentidos do trabalho por meio de uma parceria com um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e beneficiárias de Programas de Transferência de Renda (PTR) em São Paulo, mas com recorte específico em mulheres negras e chefes de família. As principais discussões apresentam que estas mantêm rotinas de duplas/triplas jornadas, correspondendo a cansaço e exaustão contínuas, além de papéis sociais historicamente construídos que são continuamente atribuídos a estas, enquanto gênero e raça. Além destas questões, as entrevistadas pela autora identificaram o CRAS como um espaço que promove a autonomia e segurança frente às violências raciais, de gênero e de classe

Ambos trabalhos possuem o recorte de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica atendidas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), assim como está proposta, e também possuem bases teórica marxista de análise. Porém, o presente trabalho de conclusão de curso tem em vista investigar por meio da lente da Teoria da Reprodução Social e do feminismo marxistas sobre os sentidos do trabalho reprodutivo a partir da ótica das entrevistadas, não apenas do trabalho reprodutivo (mal) remunerado, mas também o não-remunerado realizado de forma gratuita pelas mulheres a favor do capital.

De forma geral, este pequeno percurso realizado por meio do estado da arte de dissertações e teses produzidas no Brasil nos últimos cinco anos, demonstram como as investigações sobre os sentidos do trabalho reprodutivo são diversas e densas. Estes apontamentos apresentam também que as pesquisas nos campos de ciências sociais, aplicadas, sociais e humanas, carecem de discussões em torno dos sentidos do trabalho reprodutivo realizado por mulheres de forma gratuita ou mal remunerada. Decorrentes destes fatores é possível elaborar a seguinte problemática de pesquisa: “Quais os sentidos do trabalho reprodutivo por meio dos relatos de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica de Varginha–MG a partir da perspectiva da Teoria da Reprodução Social?”

1.2 OBJETIVO:

Discutir quais os sentidos do trabalho reprodutivo por meio dos relatos de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica de Varginha–MG a partir da perspectiva da Teoria da Reprodução Social

2 OS SENTIDOS DO TRABALHO REPRODUTIVO PELA LENTE DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Para iniciar as discussões sobre os sentidos do trabalho reprodutivo, é necessário pontuar que para cada período histórico em que há uma forma de produção da vida econômica, há ideias que as classes dominantes fazem circular para criar formas de passividade e adesão das classes trabalhadoras. Saffioti (2001) destaca que as dinâmicas entre dominação (ideias) e exploração (econômica) não podem ser vistas como elementos segregados, mas complementares, sendo um único processo (dominação-exploração). Marx e Engels (2007) apresentam que a classe material dominante, é ao mesmo tempo, a espiritual (ideias) dominante, sendo está a construtora de uma visão de mundo, vendida a classe

dominada, como a única verdadeira e natural. A partir disso, cria-se um consenso político das massas que lhe seja favorável. A isso, se chama, na tradição marxista, de Estado.

Engels (2002) define o Estado como desfrute das concepções e desejos da classe dominante. De modo que, este atua conforme as ideais da classe dominante de cada sistema econômico, que em cada época corresponde às ideias dominantes do Estado (Marx, Engels, 2007). Dentro destas perspectivas, Marx (2017a) aponta que durante o processo de acumulação primitiva existiam barreiras para as implementações dos ideários burgueses, visto que a burguesia ainda não era a classe politicamente dominante daquele sistema. Após as revoluções burguesas, em que o Estado se tornou capitalista, além do domínio como classe econômica, a burguesia assume características da classe politicamente dominante, por meio do acesso e uso dos aparatos do Estado (Marx, Engels, 2007). Com o Estado tornando-se o principal guardião das relações de classes e por consequência da gestão das relações de trabalho.

2.1 A LENTE DO TRABALHO REPRODUTIVO

O trabalho reprodutivo é definido, nos estudos de Federici (2019b; 2021; 2023), pelos serviços físicos, emocionais e sexuais, tais como os preparos das refeições, lavar e costurar roupas, formar crianças e fazer sexo, sendo que este último, segundo a autora, funciona como válvula de alívio para os homens, e como amortecimento dos estresses causados pelas configurações de vida e trabalho no capitalismo. Da mesma forma, Arruzza (2015) apresenta que o trabalho reprodutivo diz respeito à manutenção do físico, emocional, e mental, necessário para a produção da população, exemplificados pelos preparos das comidas, educação dos jovens, cuidado dos idosos e doentes, e, de modo geral, todas as questões domésticas até a sexualidade. Além dessas exemplificações, Fraser (2023), destaca ainda a disponibilidade de dar à luz e criar os filhos, cuidar de amigos e familiares, manter lares e comunidades, sustentando, de forma abrangente, todas as conexões sociais.

O trabalho produtivo¹ (diretamente relacionado com a valorização do capital), primordialmente, tem uma relação inerente com a reprodução social, visto que as perspectivas de esferas distintas entre produção e reprodução são especificidades da dialética capitalista, no qual, segundo Saffioti (2013), em outros modelos de produção não existia uma segregação,

¹ Aqui adota-se a perspectiva da classe-que-vive-do-trabalho, que segundo Antunes (2009) inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho (trabalho manual direto ou indireto; improdutivo ou produtivo), excluindo os gestores do capital e a pequena burguesia urbana e rural.

visto que a família era a unidade produtiva, de modo que as mulheres e os homens participavam da vida econômica. Federici (2019a) endossa essa perspectiva e aponta que é próprio da dialética do sistema capitalista, que, teoricamente, há a segregação entre trabalho produtivo e reprodutivo, decorrente da dissociação entre os trabalhadores e os meios de produção e a constituição da vida privada e família moderna, porém são elementos complementares na materialidade. Em que, neste sistema, a produção, assim como a reprodução, está organizada visando o processo de acumulação (Marx, 2017a [1867]).

Estas discussões sobre os trabalhos reprodutivos precisam ser analisadas a partir da Teoria da Reprodução Social (TRS), que propõe uma crítica por meio de uma totalidade articulada e contraditória das relações de exploração, dominação e alienação (Arruzza, 2015). De modo que a TRS “é em parte uma explicação materialista histórica do provisionamento social, ou seja, uma análise da forma como os homens e as mulheres acedem aos meios de subsistência, materiais e psíquicos” (Bhattacharya, 2019, p. 20).

Todos esses trabalhos reprodutivos são perpassados por uma mística que, conforme Arruzza (2015) e Federici (2019a), é resultante de um longo processo de naturalização que tornou tais trabalhos invisibilizados, construídos como um suposto elemento inerente a todas as mulheres, realizado de forma gratuita a favor do sistema capitalista. Essa questão é abordada principalmente por Federici (2019a) em sua teoria sobre as motivações das caças às bruxas na Europa em um momento de estruturação de um novo modelo de produção (o capitalismo) que se consolidava. No qual, segundo Marx (2017a), o período da acumulação primitiva foi baseado no:

[...] roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos “idílicos” da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre.

Esse longo processo histórico teorizado por Marx (2017a) é analisado de forma crítica por Federici (2019a), apresentando que para além da acumulação ser o processo de “deposição” do feudalismo e ascensão do capitalismo, constituído por meio da desapropriação, cercamentos e violências. Este foi um processo de acumulação das diferenças (gênero e raça) para a existência do capitalismo. Segundo Federici (2019a), a fim de minar a solidariedade dentro das classes trabalhadoras, a classe dominante utilizou-se da 'caça às

bruxas' para 'demonizar' e, assim, criminalizar as mulheres, que compunham a maioria das forças de resistência ao capitalismo.

Nesse período, consolidaram-se as promulgações de legislações que criminalizavam os vadios, mendigos e métodos de controle da natalidade, ao mesmo tempo, em que estas eram reforçadas por meios de comunicação (teatro, peças, folhetins, entre outros). Perpetuando a criminalização dos elementos que tangenciavam o cotidiano feminino, tais como os movimentos de resistência aos métodos aplicados durante o período da acumulação primitiva (privatizações de terras comunais, marcações a ferros, entre outros), conhecimentos de ervas e do corpo, e principalmente o controle sobre a reprodução.

Ainda segundo Federici (2019a), após esse período em que as mulheres foram queimadas, enforcadas e torturadas, o objetivo de aprofundamento da divisão entre homens e mulheres foi alcançado pela classe dominante, o que resultou em uma nova construção patriarcal. A promoção destes atos, também estavam diretamente interligados com o objetivo de minar qualquer perigo de solidariedade e união das classes trabalhadoras porque, agora, não era um ódio contra um cigano ou um "pagão" estrangeiro, mas um ódio contra mães, irmãs, esposas, filhas (Federici, 2019a). Essa virada do Estado contra mulheres abriu espaço a um individualismo sem precedentes, além de garantir ganhos não econômicos (se sentir o maior, melhor que as mulheres) e econômicas (ganhar mais que uma mulher) para os homens das classes trabalhadoras.

À medida que se deu a ascensão e estabilização do sistema capitalista, a visão das mulheres como legalmente infantilizadas, perigosas, rebeldes e demoníacas que pautaram o imaginário social entre os séculos XV ao XVII, adquiriu novas facetas no século XVIII. Como resultado, mulheres passaram a serem vistas como seres passivos, assexuados, obedientes e morais, capazes de causar influências positivas nos homens e filhos, se criando os discursos do poder dos instintos maternos a favor da reprodução (Federici, 2019a).

Essa reconstituição histórica orienta as discussões sobre o processo de invisibilidade dos trabalhos reprodutivos na sociedade contemporânea visto que, segundo Federici (2019b), estes são realizados pelos princípios, socialmente construídos, de amor e família moderna. Hirata e Kergoat (2007) reforçam essa perspectiva, expondo que uma grande parcela do trabalho são realizados pelas mulheres de forma gratuita, em nome “da natureza, do amor e do dever materno”, reforçando estereótipos que relega às mulheres o papel exclusivo como “donas de casa”, seja em tempo integral ou parcial. Em que, segundo Davis (2016, p. 230), com o desenvolvimento do capitalismo deu-se a valorização do lucro e do valor de troca do trabalho desenvolvido no espaço público, em contrapartida, “como as tarefas domésticas não

geram lucros, o trabalho [reprodutivo, desenvolvido nos espaços privados] foi definido como uma forma inferior de trabalho”.

Importa destacar que a figura da “dona de casa” em tempo integral nunca foi uma tradição pertencente à classe trabalhadora, uma vez que as famílias proletárias sempre necessitam de ambos os salários (esposo e esposa) para subsistir (Bhattacharya, 2019). Em concordância com esta questão, Davis (2019); Gonzalez (2020) e Nascimento (2019) apresentam que a figura da “dona de casa” nunca perpassou a vivência de mulheres negras, uma vez que estas sempre estiveram diretamente envolvidas com os trabalhos produtivos. O resultado disso é que para mulheres negras e outras mulheres que compõem a camada mais vulnerabilizada das classes trabalhadoras, ser “dona de casa” em tempo integral nunca foi uma opção. A realidade social, para estas, permanece sendo a existência das duplas/triplas jornadas de trabalhos reprodutivos e produtivos.

Isso porque, para as dinâmicas domésticas, é necessário um capital reprodutivo para a sua realização, visto que, para poder lavar, passar ou cozinhar, tornou-se necessário adquirir no mercado capitalista insumos para estes trabalhos (água, sabão, eletrodomésticos, alimentos, dentre outros). Para a classe proletária, esse capital reprodutivo só pode ser adquirido pela venda de sua mão de obra aos capitalistas via trabalho produtivo. Dados os baixos salários oferecidos a homens e mulheres no mercado de trabalho capitalista, ter uma das pessoas (em geral, a mulher) em casa, dedicando-se exclusivamente ao trabalho reprodutivo, é, portanto, inviável para a maioria da classe trabalhadora menos favorecida (Federici, 2019a).

Por isso, Federici (2023) destaca que, conforme as transformações nas atividades materiais ou produtivas do sistema capitalista, alteraram-se as concepções do trabalho reprodutivo. Na primeira fase, compreendida principalmente por meio da manufatura e indústria têxtil, demandou-se um grande contingente populacional, de modo que as condições da classe proletária não eram relevantes para o capital, mas sim a reposição contínua do exército industrial de reserva. Por conseguinte, os discursos da época se voltavam para o incentivo da reprodução, com a massa de trabalhadores industriais composta por homens, mulheres e crianças (Davis, 2016; Federici, 2023).

Com a mudança das atividades para a indústria pesada, o capital começou a demandar trabalhadores mais resistentes e saudáveis (Federici, 2023), tornando necessária a construção de uma mão de obra “mais forte, mais disciplinada, mais resistente, mais apta a atingir os objetivos dos sistemas” (Federici, 2021, p.79). Apenas neste período, cristalizou-se a figura da dona de casa em tempo integral, promovida pela exclusão das mulheres do recebimento de

salário, ao mesmo tempo, em que se criavam as concepções do salário família, que dava aos trabalhadores homens, que recebiam o salário, um poder sobre suas mulheres, além do desenvolvimento das concepções de família moderna (Federici, 2019b).

Um dos elementos-chave da estruturação das mulheres como donas de casa diz respeito à cooptação dos homens da classe proletária, na qual “o capitalismo fortaleceu o poder dos homens para supervisionar e comandar nosso trabalho não remunerado e disciplinar nosso tempo em nosso espaço” (Federici, 2021, p.80). De modo que, “os homens desempenharam e ainda desempenham, portanto, papel relevante na dupla determinação de que é alvo a mulher enquanto membro de uma classe e enquanto pertencentes a uma categoria de sexo” (Saffioti, 2013, p.77). Com esta construção material e histórica da “dona de casa”, os homens se beneficiaram da estruturação de uma dupla subalternização das mulheres.

Aqui é necessário pontuar a construção da ideia de família moderna e “espaço privado”, uma vez que este faz parte da dialética do sistema capitalista, que desde sua ascensão incentivou as mudanças da reprodução da vida dos campos abertos para os lares fechados, da comunidade para a família e dos espaços públicos para o privado (Federici, 2019a). Assim, temos a concepções de família como a essência do privado, canal para a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal, de modo que a constituição de família no sistema capitalista corresponde ao marido tornando-se o representante do Estado, encarregado de disciplinar e supervisionar a classe trabalhadora, que incluem a esposa e os filhos, sendo uma estrutura que medeia e camufla as relações de produção econômica (Federici, 2019a).

Fraser (2019) destaca que essa constituição de sociedade, família, androcentrismo, Estado e as ideias das mulheres como “donas de casa”, que começaram a ser questionada pelos movimentos sociais conhecidos como “segunda onda feminista” na segunda metade do século XX, sofreram de um grande processo de ressignificação com a ascensão das ideias neoliberais, com a reestruturação da terceira fase do capitalismo. Essa nova e atual perspectiva do sistema repele as concepções de bem-estar social e desenvolvimentistas para aderir um Estado competitivo, enxuto e mesquinho (Fraser, 2019). Ou seja, um capitalismo financeirizado, que “se transformou sob a égide da acumulação flexível, trazendo uma ruptura com o padrão fordista e gerando um modo de trabalho e de vida pautados na flexibilização e precarização do trabalho” (Antunes; Druck, 2015, p. 20).

Falquet (2008) destaca que, por meio da reestruturação capitalista neoliberal, não há mais a promoção, por parte do Estado, de uma grande parte dos serviços, principalmente do trabalho de reprodução social, de modo que com o fim das políticas de bem-estar social,

ocorreu o deslocamento de uma enorme sobrecarga de trabalho para o setor privado e para a família. Portanto, a atual estruturação da reprodução social é perpassada pelas políticas neoliberais, encobertas por uma retórica de responsabilidade individual, baseadas “nas privatizações, diminuição da proteção social e redução de todos os serviços públicos” (Hirata, 2011, p.15).

Assim, o objetivo é desestruturar as políticas públicas sociais, tais como saúde e educação pública; entre outras, de forma que estas sejam reduzidas ou extintas e, que estes trabalhos/cuidados recaiam sobre as famílias, principalmente as mulheres, ou sejam vendidas no mercado, para aqueles que têm condições de comprá-las (Bhattacharya, 2019). De modo que, para Hirata e Kergoat (2007), a globalização e a divisão sexual do trabalho é perpassada, também, por uma divisão racializada no trabalho dito "feminino", com mulheres brancas das parcelas mais favorecidas das classes trabalhadoras repassando boa parte dos trabalhos reprodutivos (limpeza da casa, cozinhar, cuidar dos filhos) a outras mulheres não-brancas.

Conforme apontado por Federici (2023), as transformações nas atividades materiais ou produtivas do sistema capitalista, alteraram as concepções sobre o trabalho reprodutivo, assumindo diversas configurações em cada uma das fases deste sistema. Em que, segundo Antunes (2009; 2015) e Gaulejac (2007), está configurado por meio da sua versão financeirizada. Sendo pautada pela abstração do capital, mobilidade, flexibilidade e instabilidade, além da precarização da remuneração, desregulamentação de direitos e normas trabalhista e perda de participação sindicais, e principalmente tendência à individualização em que cada pessoa é direcionada ao empreendedorismo da sua própria vida, que possui uma relação direta com os sentidos do trabalho reprodutivo, como será abordado na próxima subseção.

2.2 OS SENTIDOS DO TRABALHO

Tal como discutido, o trabalho indispensável para a sobrevivência, foi construído ao longo da história como uma responsabilidade feminina, com um caráter desvalorizado, baseados nos princípios socialmente construídos de “amor” e “família moderna” (Arruzza, 2015; Federici, 2019a; 2019b). De modo que o trabalho reprodutivo, realizado de forma não remunerada ou mal remunerada, é a base da reprodução social do capitalismo, sendo este o primeiro aspecto ligado aos sentidos do trabalho.

O trabalho primordialmente tem uma relação com o acesso aos meios de subsistência. Marx e Engels (2007) discorre que a base da história humana é a produção material em busca da sobrevivência, de modo que antes de mais nada, para viver, é necessário comida, bebida,

abrigo, dentre outros elementos, com o ser humanos transformando a natureza ao seu favor, e posteriormente, para o desenvolvimento social e histórico. Na perspectiva de Marx (2017a), o labor é comum a todas as formas sociais, diferenciando-se em cada um dos modelos de produção conforme a organização social para o acesso à reprodução social. Em cada um dos modos de sobrevivências há, portanto, um modelo de produção, com o capitalismo sendo um longo processo histórico de desenvolvimento, no qual se deu novas forças produtivas, novas relações de trabalho e novas organizações sociais de exploração (Marx; Engels, 2007).

No sistema econômico vigente, este modelo de produção e a possibilidade de acesso à reprodução social se organiza, unicamente, pela “livre” venda da força de trabalho ao mercado, que, conforme apontado por Fraser e Jaeggi (2020), sobrescrevendo uma passagem de Marx, é perpassada por uma dupla liberdade, em que, ou se escolhe vender livremente a sua mão-de-obra, ou opta-se livremente por morrer de fome.

As problemáticas em torno do acesso aos meios de subsistência ligados unicamente ao salário são amplamente discutidas por Marx (2017b) no livro “os despossuídos”, por meio das leis contra os furtos de madeira, com as privatizações de bosques comunais e cercamento dos campos para impedir que as pessoas coletassem madeira para cozinha ou se aquecer no frio europeu. De modo que, quanto mais expropriados dos meios de produção (terra) e de condições de reprodução social (moradia, alimento, lenha para aquecer e cozinhar), mais vulneráveis ficavam as pessoas.

O que levavam/levam estas a terem que aceitar qualquer condição de trabalho para poder ganhar algum dinheiro e ter acesso aos meios de subsistência. Sendo importante pontuar, como apresentado na primeira seção, que o trabalho reprodutivo mantém o trabalhador, mas, para isso, no sistema capitalista, precisa-se de trabalho produtivo para comprar água, sabão, roupa e comida, por exemplo, por meio do salário.

Em torno da discussão sobre o trabalho no capitalismo, Antunes (2009), com bases nos estudos de Marx e Mészáros, apresenta ainda que as distorções do trabalho no sistema capitalista são baseadas na separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção, a imposição do trabalho como um poder segregado que media o controle sobre os trabalhadores e a personificação do capital e do trabalho, com a identidade das pessoas estando diretamente ligadas ao trabalho em que elas realizam. Esse último elemento também é perpassado pela reprodução social, no qual há uma reafirmação ideológica das novas gerações, com as transmissões e as acumulações das destrezas de uma geração a outra, além da reafirmação como classe social (Marx, 2017a).

Por meio da reafirmação ideológica é possível discutir, ainda, os direcionamentos como classe social relacionadas ao trabalho por gênero (homens e mulheres) e por raça (brancos e não-brancos) no sistema capitalista. Saffioti (1987) exemplifica essa questão, apresentando que o capitalismo, o patriarcado e racismo intensificam as opressões vividas por mulheres proletárias pobres e negras, que na ordem social brasileira ocupam a última posição, sofrendo uma dupla discriminação (por ser mulher e negra), restando a elas posições subalternizadas de trabalhadora doméstica ou objetos sexuais.

Hirata e Kergoat (2007) reforçam essa discussão por meio das compreensões sobre o trabalho reprodutivo, que perpassa a existência de uma divisão sexual do trabalho. No qual segundo as autoras, para além da constituição do trabalho reprodutivo como uma ação, geralmente, unicamente feminina, há uma segregação no trabalho produtivo, tais como entre os tipos e modalidades de empregos que as mulheres são direcionadas, possibilitando a reprodução dos papéis sexuais.

Existem, na concepção de ambas, dois elementos estruturantes desta problemática: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem ‘vale’ mais do que um trabalho de mulher) (Hirata, Kergoat, 2007). Decorre deste segundo princípio que, muitas das vezes, os trabalhos realizados pelas mulheres em troca do salário são vistos como uma contribuição ou uma ajuda, ou as levam para mais ações reprodutivas (Federici, 2021).

Gaulejac (2007) reforça este apontando, apresentando as implicações da atual fase do sistema, destacando que em nenhuma outra época existiu um fluxo contínuo de pressão, tal qual no modelo gerencialista neoliberal, em que cada pessoa é influenciada a ser empreendedora de sua própria vida. Como discutido ao longo desta subseção, é inerente destacar o peso da necessidade do trabalho e salário para a reprodução social, porém mesmo com a abstração da materialidade capitalista, o trabalho continua a possuir sentidos para além da remuneração financeira, principalmente quando se pensa no trabalho reprodutivo não remunerado, que como apontada por Federici (2019b, p. 82) as mulheres “não [são] pagas por esse trabalho com um salário, mas com amor”.

O trabalho, para Gaulejac (2007), pode ser caracterizado por quatro principais elementos que perpassam a construção dos sentidos, sendo estes o “ato de serviço”, o “pertencimento”, a “organização do trabalho” e a “valorização” do trabalho. Gaulejac (2007) apresenta que para além do ganho financeiro, o trabalho assegura para as pessoas uma inserção social e profissional, um reconhecimento simbólico e uma identidade profissional, ou seja, um sentido de pertencimento. Claro que como apontado ao longo da discussão, as

subsistências por meio do assalariamento baseiam o trabalho, porém, é inerente apontar que as cifras não são suficientes para entendê-lo, pois neste há relações humanas que condicionam a existência, dando ritmo ao tempo de vida, estruturando comportamentos, mediando a socialização e a efetividade das pessoas (Gaulejac, 2007).

Por meio do pertencimento, o autor aponta o sentido de coletividade do trabalho, em que este gera laços estáveis de relacionamento, sendo um suporte essencial de identidade, reconhecimento de um grupo, um local de resistência, estratégia e reivindicação, sendo um centro de solidariedade entre os trabalhadores. Os sentidos, também, são perpassados pelos “atos de serviços” que estão ligados com a realização de um produto, serviço ou ação final por meio do labor, que possibilita o sentido de um reconhecimento por um ato concreto (Gaulejac, 2007).

A organização do trabalho e suas dinâmicas também são apontadas pelo autor como elementos que fornecem sentidos, que por meio da ideia de organização de lugar e tarefas a serem realizadas proporcionam coerência e estabilidade para a coletividade de trabalhadores. E por fim, Gaulejac (2007) aponta o valor do trabalho que passa pelas construções de visão, espírito, cultura, filosofia, valores comportamentais ou conjuntos de crença que os trabalhadores internalizam por meio do labor, dando dinâmica para a rotina.

Quando as dinâmicas do trabalho são analisadas por meio da lente da Teoria da Reprodução, destaca-se que existe uma ampla massa de trabalho realizado de forma gratuita a favor do capital (como apontado ao longo da primeira seção). Ações tratadas como um não trabalho (Federici, 2021) que diz respeito a sua constituição histórica como um atributo natural da psique e da personalidade feminina (Federici, 2019b, 2021) que estão ligados a construção dos sentidos deste trabalho, como serão analisadas.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

As discussões realizadas neste trabalho estão sob a perspectiva da Teoria da Reprodução Social que, segundo Bhattacharya (2019), se constitui como uma lente do materialismo histórico dialético. Para esta perspectiva científica, grosso modo, conhecer a realidade perpassa compreendermos tanto a base material (relações sociais de produção) quanto as ideias dominantes que circulam visando (re)produzir essa materialidade, visto que estas se (co)produzem.

Desta forma, entende-se, neste estudo, que o trabalho, base para a reprodução da sociedade, é organizado, e como este foi construído ao longo da história como uma responsabilidade feminina, com um caráter desvalorizado (Arruzza, 2015; Federici, 2019a). De modo que a misoginia e o racismo tiveram/têm como objetivo final o controle da sociedade e principalmente a organização do trabalho, de modo que, os sistemas “patriarcal” e “racista” não correspondem a elementos segregados do capitalismo ou que se interseccionam, mas sim são parte integral de uma sociedade capitalista que se estrutura por meio do uso da violência e da segregação da classe trabalhadora (Arruzza, 2015; Federici, 2019a)

Destaca-se que esta pesquisa se caracteriza, segundo Minayo (2001), como qualitativa, correspondendo a uma necessidade de trabalhar com um universo de significados que não podem ser operacionalizados em variáveis, uma vez que as pesquisas relacionadas às ciências sociais contêm uma variedade de significados, motivos, aspirações, crenças e valores que estão implicados aos estudos. Além disso, os estudos da sociedade possuem bases históricas, sendo que socialmente, vivemos no presente marcado pelas construções do passado ao mesmo tempo, em que se projeta um futuro, de modo que a sociedade dá significados e intencionalidades às suas construções sociais (Minayo, 2001).

Por meio desta perspectiva, o presente trabalho possui como objetivo discutir quais são os sentidos do trabalho reprodutivo para mulheres² em situação de vulnerabilidade socioeconômica de Varginha–MG, à luz da Teoria da Reprodução Social (TRS). Apoiando-se, para a realização das discussões e análises, em referenciais teóricos críticos pertinentes aos estudos sobre trabalho reprodutivo e sentidos do trabalho.

Além disso, este estudo foi estruturado por meio de uma pesquisa com interface em extensão, perspectiva basilar do projeto “‘Escrevivências’ femininas: traçando linhas em educação, direitos humanos e políticas públicas em Varginha–MG”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). De modo que, o presente estudo possui três fases de desenvolvimento: as ações extensionistas; as entrevistas individuais; e por fim a análise do material.

² Decorrente das entrevistas serem realizadas pelo método da conveniência, todas as nove mulheres que aceitaram participar eram mulheres cisgênero.

3.1 PESQUISA COM INTERFACE EM EXTENSÃO

O presente estudo foi desenvolvido dentre as ações de pesquisa, ensino e extensão do Grupo de Pesquisa Gênero pela Não Intolerância (GENI/Unifal-MG), dentro do projeto guarda-chuva “‘Escrevivências’ femininas: traçando linhas em educação, direitos humanos e políticas públicas em Varginha–MG”. Dentro deste projeto, os processos de imersão para o desenvolvimento dos estudos possuem como base a extensão com interface em pesquisa.

As ações extensionistas são realizadas em parcerias com instituições locais, e possuem como base a metodologia as “tertúlias dialógicas”: que propõe “uma roda de conversa horizontalizada entre seus participantes, tendo como ponto de partida a leitura e a apreciação de objetos culturais específicos que fazem parte de um repertório canônico das artes” (Pereira; Cavalcanti; Toledo, 2022); e pelo conceito de “escrevivência”, sendo formado pela junção das palavras “escrever”, “viver” e “se ver”, propondo que aquelas que escrevem, o fazem a partir de e sobre sua vivência, permitindo enxergar e dar visibilidade a si mesmas (Oliveira et al., 2021). Por meio deste movimento, foram identificadas as mulheres que se dispuseram a realizar entrevistas individuais e aprofundadas sobre as suas vivências no trabalho.

A seleção das participantes ocorreu por critérios de conveniência, considerando a viabilidade de acesso às mulheres vinculadas às instituições parceiras do projeto. As assistentes sociais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) foram responsáveis por indicar e contatar mulheres que constavam em suas listagens de atendidas, identificadas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e cujas vivências tangenciavam os objetivos de pesquisa e extensão do Grupo de Pesquisa Gênero pela Não Intolerância (GENI). Entre as convidadas, nove mulheres se dispuseram voluntariamente a participar das entrevistas, compondo, assim, o grupo de interlocutoras deste estudo.

3.2 ENTREVISTAS

As entrevistas semiestruturadas, guiada por um questionário³, começaram a ser realizadas em março de 2024. Para a garantia da privacidade e segurança das participantes, durante o processo das entrevistas as mulheres foram questionadas se elas queriam utilizar o próprio nome, se preferiam escolher algum nome ou se elas preferiam que um nome fosse criado para representá-las. Para aquelas entrevistadas que solicitaram, os seus nomes foram alterados. As relações das entrevistas estão sumarizadas no quadro abaixo:

³ Documento completo no apêndice deste trabalho

Quadro 1 - Relação das mulheres entrevistadas

Nº DA ENTREVISTA	NOME	INSTITUIÇÃO PARCEIRA	LOCAL DA ENTREVISTA	RAÇA/ ETNIA	IDADE QUE COMEÇOU TRABALHAR	IDADE ATUAL
1	Cida ⁴	NUCAP	Casa	Preta	6	68
2	Adelha	Paróquia Sant'Ana	Unifal-MG	Parda	11	37
3	Eliane	CRAS	CRAS	Parda	9	64
4	Lia	CRAS	CRAS	Branca	8	65
5	Maria	CRAS	CRAS	Branca	7	75
6	Helena	CRAS	CRAS	Branca	8	75
7	Eduarda	ODS	CRAS	Parda	14	69
8	Denísia	CRAS	CRAS	Parda	17	82
9	Débora	CRAS	CRAS	Preta	18	52

Fonte: elaborado pela autora

A primeira entrevista deste estudo aconteceu no dia 8 de março de 2024, com duração de 36 minutos, na casa da entrevistada. Decorrente da solicitação de Cida, a entrevista aconteceu no quarto coletivo de sua casa, visto que ela é a responsável por cuidar de sua irmã, que, por esta razão, a acompanhou em todos os momentos da conversa. Além disso, ao longo de todo o processo de entrevista, outros membros do núcleo familiar (sobrinhos e netos) de Cida entraram no espaço para conversar ou pedir informações. Mesmo com as interrupções, Cida demonstrou estar à vontade com a realização da entrevista.

A segunda entrevista aconteceu no dia 19 de março de 2024, no qual Adelha optou por realizar a conversa em algum espaço da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), Campus Varginha, com a entrevista acontecendo na sala do Grupo de Pesquisa Gênero pela Não Intolerância (GENI), com duração de 48 minutos. A dinâmica ocorreu sem interrupções ou pausas.

No dia 28 de maio de 2024, aconteceu a terceira entrevista nas dependências do CRAS II de Varginha, em que após o convite a Eliane para a realização de uma conversa sobre o trabalho e o questionamento sobre qual seria a melhor data para um encontro, a mesma pegou duas cadeiras e montou um espaço para a realização da entrevista naquele momento. Ao longo da conversa, ocorreu um contratempo no qual o celular em que a entrevista estava sendo

⁴ Cida não participou das ações dentro do projeto “escrevivências femininas: traçando linhas em educação, direitos humanos e políticas públicas em Varginha-MG”, mas sim de atividades extensionistas realizadas anteriormente pelo Grupo de Pesquisa Gênero pela Não Intolerância. O convite foi realizado decorrente de suas vivências estarem diretamente ligados ao objetivo deste estudo, além do seu interesse e proximidade, mesmo a distância, do projeto em questão, no qual Cida se prontificou prontamente para a realização da entrevista.

gravada descarregou e o gravador parou de funcionar, com a conversa sendo momentaneamente paralisada pela necessidade de precisar recorrer a outro dispositivo de gravação.

As entrevistas com Lia, Maria e Helena aconteceram no dia 10 de junho de 2024 em uma sala reservada para este fim no CRAS II, no qual em paralelo as assistentes sociais estavam realizando uma atividade de artesanato com o grupo de mulheres que participaram das ações extensionistas do GENI em 2023 e 2024. A primeira entrevista deste dia (e a quarta deste estudo) foi com a Lia, ocorrendo sem interrupções ou imprevistos, a entrevistada ao final da conversa falou que gostaria de acrescentar algumas questões de sua vida, em que ela achava que o questionário não tinha abordado, apresentando um relato completo de suas vivências para além dos trabalhos. Com a entrevista possuindo uma duração de 15 minutos.

Em sequência, aconteceu a conversa com a Maria, com duração de cinco 26 minutos, no mesmo espaço disponibilizado pelo CRAS II. A entrevista aconteceu de forma fluída e sem interrupções, em alguns momentos, quando relembrava seu passado e suas vivências, Maria se emocionou nos seus relatos. Por fim, a última entrevista deste dia (e a sexta deste trabalho) foi realizada com a Helena, com duração de 24 minutos. A entrevistada demonstrou estar à vontade durante toda a conversa, sendo que quando foi convidada a sentar, expressou em sequência as suas opiniões sobre as atividades extensionistas realizadas pelo GENI e depois de uma breve conversa sobre “violências contra as mulheres” e como esse elemento perpassou a suas vivências, iniciamos a entrevista guiada pelo questionário base de estudo, porém é importante ressaltar a conversa prévia sobre violência, visto que no decorrer de suas vivências de trabalho, este elemento está constante entrelaçado. A conversa aconteceu sem nenhum problema ou interrupções, de forma tranquila e fluída.

As últimas três entrevistas deste estudo aconteceram no dia 17 de junho de 2024, na sala disponibilizada pelo CRAS II. A primeira entrevista (sétima deste estudo) foi realizada junto a Eduarda, que participou das ações extensionistas do GENI em junho de 2023 em parceria com a ONG Oficina do Ser. A conversa teve duração de 23 minutos e 27 segundos, e ocorreu sem interrupções. Logo em sequência aconteceu a entrevista junto a Denísia, a entrevista foi perpassada por alguns ruídos de comunicação, visto a perda de audição parcial da entrevistada, porém ao logo da 9 minutos e 45 segundos, a entrevistada demonstrou estar interessada em participar, e em momento de dificuldade ela solicitava a repetição da pergunta, ou reformulação. Por fim, a entrevista com a Débora foi a última a ser realizada para este estudo, possuiu uma duração de 11 minutos e 17 segundos, e aconteceu de forma fluída e sem interrupções.

Todas as entrevistas foram realizadas após as participantes assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e aceitaram divulgar as suas histórias neste trabalho. Para a realização das nove entrevistas, foram usados dois dispositivos de gravação (um gravador de áudio e um celular) para evitar perdas de informações, e após a realização das entrevistas, ocorreu a transcrição integral de todo o material coletado.

Todo o projeto “‘Escrevivências’ femininas: traçando linhas em educação, direitos humanos e políticas públicas em Varginha–MG”, no qual esse estudo faz parte, possui respaldo do Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da Unifal-MG, com número de registro: CAAE — 60933622.0.0000.5142.

3.3 O MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO EM BARDIN

Em decorrência dos objetivos deste trabalho e das características do material empírico, adotou-se o método de Análise de Conteúdo, conforme a proposta de Laurence Bardin (2016). Essa abordagem metodológica consiste em um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas de análise das comunicações, que visa identificar núcleos de sentido presentes nos discursos, permitindo inferências sobre as condições de produção dessas mensagens.

Segundo Bardin (2016, p. 77), a Análise de Conteúdo pode envolver a “contagem de um ou vários temas, ou itens de significação, numa unidade de codificação previamente determinada”. Contudo, conforme ressalta a autora, no âmbito da pesquisa qualitativa, o método não se restringe à dimensão quantitativa, uma vez que a análise aprofundada dos temas possibilita identificar “valores de referência e modelos de comportamento presentes no discurso” (Bardin, 2016, p. 81).

Para a operacionalização do método, realizou-se inicialmente a etapa de preparação do material, que consistiu na organização e seleção do corpus de análise. O material empírico foi composto por nove entrevistas, gravadas e posteriormente transcritas na íntegra, totalizando 4 horas e 15 minutos de gravação e 59 páginas de transcrição.

A etapa seguinte correspondeu à pré-análise, caracterizada por uma leitura flutuante e exaustiva do material, com o objetivo de apreender o conteúdo geral das entrevistas e identificar trechos relevantes para a investigação. Nessa fase, foram destacados excertos relacionados às experiências de trabalho reprodutivo remunerado e não remunerado, bem como às formas pelas quais as entrevistadas atribuem sentidos a essas experiências ao longo de suas trajetórias de vida.

Após a pré-análise, iniciou-se o processo de codificação temática, no qual os trechos selecionados foram organizados em grades de análise. Inicialmente, o estudo baseou-se em duas grades fechadas, orientadas pelo referencial teórico acerca do trabalho reprodutivo e dos sentidos do trabalho, correspondentes às subseções 5.2.1 O trabalho reprodutivo como fonte ambígua de reconhecimento e 5.2.2 A continuidade do trabalho reprodutivo ao longo da vida.

Entretanto, ao longo do processo de codificação, identificou-se a recorrência de narrativas relacionadas às primeiras experiências de trabalho das entrevistadas. Sete das nove mulheres relataram vivências de trabalho ainda na infância ou adolescência, evidenciando sentidos do trabalho construídos precocemente, anteriores às experiências adultas inicialmente consideradas. Diante dessa recorrência empírica, tornou-se metodologicamente necessário ampliar a estrutura analítica, incorporando uma nova grade de análise.

Dessa forma, as grades inicialmente fechadas foram reorganizadas e articuladas a categorias emergentes, resultando em uma estrutura analítica composta por duas grandes grades, apresentadas no Quadro 2 – Grades e temas de análise. A primeira, intitulada Constituição inicial dos sentidos do trabalho reprodutivo, é composta pelas subseções 5.1.1 O trabalho reprodutivo como condição de sobrevivência e 5.1.2 O trabalho reprodutivo como expressão de dever e afeto. A segunda, denominada Os sentidos do trabalho reprodutivo que permanecem ao longo da vida, abrange as subseções 5.2.1 O trabalho reprodutivo como fonte ambígua de reconhecimento e 5.2.2 A continuidade do trabalho reprodutivo ao longo da vida.

Quadro 2 - Grades e temas de análise

4.1 CONSTITUIÇÃO INICIAL DOS SENTIDOS DO TRABALHO REPRODUTIVO
4.1.1 O Trabalho reprodutivo como condição de sobrevivência
4.1.2 O Trabalho reprodutivo como expressão de dever e afeto
4.2 OS SENTIDOS DO TRABALHO REPRODUTIVO QUE PERMANECEM AO LONGO DA VIDA
4.2.1 O Trabalho reprodutivo como fonte ambígua de reconhecimento
4.2.2 A Continuidade do trabalho reprodutivo ao longo da vida

Fonte: elaborado pela autora

A grade mistas deste estudo possibilitou analisar, em congruência com a definição de trabalho reprodutivo por meio da lente da TRS e as teorias sobre os sentidos do trabalho, de forma mais abrangente, as recordações dos sentidos do trabalho reprodutivo relacionados com diferentes faixas etárias, desde as primeiras recordações de trabalho na vida das mulheres

entrevistas, até os sentidos do trabalho pronunciados quando a pergunta são diretamente realizadas a elas, atendendo o problema de pesquisa deste trabalho.

Concluída a etapa de categorização, procedeu-se à análise e interpretação dos dados, em diálogo sistemático com o referencial teórico adotado. Os resultados dessa análise são apresentados e discutidos na seção seguinte deste trabalho.

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Partindo da perspectiva do trabalho como categoria central na constituição da vida social e como elemento que estrutura a própria existência humana, as análises a seguir buscam compreender os sentidos do trabalho reprodutivo a partir das vivências narradas pelas mulheres participantes do projeto *Escrevivências Femininas*. A discussão é construída sob a lente da Teoria da Reprodução Social, que permite apreender como as desigualdades de classe, gênero e raça se entrecruzam na organização da reprodução da vida no capitalismo.

Assim, ao longo desta seção, as falas das entrevistadas são articuladas com os referenciais teóricos que sustentam o estudo, buscando evidenciar como os sentidos atribuídos ao trabalho emergem de experiências materiais, simbólicas e afetivas, ora marcadas pela necessidade e pela sobrevivência, ora pela solidariedade, amor e resistência que atravessam o cotidiano dessas mulheres.

4.1 CONSTITUIÇÃO INICIAL DOS SENTIDOS DO TRABALHO REPRODUTIVO

Em relação às vivências laborais, todas as entrevistadas destacaram, em suas falas, as primeiras recordações de trabalho. Das nove mulheres participantes deste estudo, sete relataram ter iniciado suas atividades laborais ainda na infância ou na pré-adolescência, com idades entre sete e 14 anos. As outras duas entrevistadas, Débora e Denisia, relataram que começaram a trabalhar aos 18 e 17 anos, respectivamente.

A partir das narrativas e da fundamentação teórica, é possível organizar a análise em dois eixos principais. O primeiro está relacionado às necessidades familiares e à remuneração voltada à subsistência. O segundo refere-se à reafirmação ideológica da condição de classe trabalhadora e às construções de sentidos em torno do trabalho.

4.1.1 O Trabalho reprodutivo como condição de sobrevivência

A necessidade de remuneração, conforme apontado por Gaulejac (2007), constitui um dos elementos que possibilitam e dinamizam a construção dos sentidos do trabalho. O salário aparece como ponto de partida nas falas das entrevistadas quando questionadas sobre suas primeiras experiências laborais, a idade em que começaram a trabalhar e os motivos que as levaram a iniciar essas atividades naquele momento.

Denisia (2024, relato verbal) aponta que “com 17 anos [teve que começar a trabalhar], porque a gente namorava, e a mãe falava assim — ‘aquele rapaz dava nem para comprar a cor das panelas’— então, [ele] não dava conta, e [eu] **tinha que trabalhar**”. O relato de Denisia (2024, relato verbal) evidencia esse aspecto ao afirmar que precisou começar a trabalhar aos 17 anos devido às condições financeiras de seu companheiro e às expectativas familiares. Esse recorte permite destacar que a figura da mulher como “dona de casa” em tempo integral nunca foi uma tradição consolidada entre as famílias da classe trabalhadora, uma vez que, historicamente, a subsistência das famílias proletárias depende da contribuição financeira de todos os seus membros (Bhattacharya, 2019). Nesse sentido, o relato de Denisia exemplifica a realidade vivenciada pelas mulheres entrevistadas neste estudo.

As discussões sobre remuneração diretamente associadas às necessidades de subsistência também estão presentes no relato de Eduarda (2024, relato verbal). Sua narrativa evidencia que o trabalho precoce se apresentou como única alternativa para garantir condições mínimas de sobrevivência familiar, inclusive a manutenção da moradia da mãe.:

Com 14 anos **eu já tinha que trabalhar para sobrevivência**, era total **necessidade** né, porque a minha mãe não tinha como manter a gente, ela é separada do meu pai e a gente tinha que ainda ajudar em casa, tentar levar alguma coisa para casa. Além de **trabalhar de doméstica, porque lá a gente comia, tomava banho, dormia**, tinha uma coberta [morava no trabalho], que em casa não tinha, a gente ainda levava [coisas para casas]... assim **eu era responsável de pagar o aluguel da casa que minha mãe morava. Então não tinha outro jeito... era trabalhar ou trabalhar, não tinha saída**. Tinha vontade de estudar e tudo, mas não dava muito tempo para isso.

Esse relato materializa a lógica central de organização do sistema capitalista. Ainda que essa relação possa parecer evidente, é fundamental ressaltar que a reprodução social está condicionada à venda da força de trabalho da classe despossuída em troca de salário, permitindo o acesso a moradia, alimentação, vestuário, saneamento básico e outros elementos indispensáveis à vida. Dessa forma, ao analisar os sentidos do trabalho, torna-se imprescindível considerar a Reprodução Social, uma vez que, conforme teorizado por Marx e Engels (2007), antes de qualquer outra construção social, inclusive dos sentidos atribuídos ao

trabalho, é necessária a garantia da subsistência material mínima, que, no capitalismo, é mediada pelo salário.

O primeiro trabalho realizado por Eduarda, com o objetivo de contribuir para o pagamento do aluguel da casa de sua mãe, consistiu em uma atividade reprodutiva vinculada à manutenção da vida de outra família. O trabalho doméstico remunerado é discutido por Hirata e Kergoat (2007) como resultado de um processo de delegação das atividades reprodutivas a outras mulheres, decorrente da divisão sexual do trabalho, na qual mulheres em melhores condições econômicas transferem a mulheres em situação de vulnerabilidade as responsabilidades do cuidado.

As autoras também destacam a existência de um movimento de delegação em escala global, relacionado à divisão sexual internacional do trabalho. Porém no caso da Eduarda, é importante pontuar a migração interna do trabalho de cuidado, visto que ela precisou se retirar da sua cidade natal no norte de Minas Gerais para trabalhar na capital mineira: “**com uns 14 anos, foi... saí de lá para vir para Belo Horizonte trabalhar** porque lá não tinha emprego, não tinha trabalho, mas não tinha assim... ninguém conseguia pagar porque lá a **região era muito pobre!**” (Eduarda, 2024, relato verbal, grifos nossos).

Em decorrência dessa migração, evidenciam-se também as condições de precarização que marcaram sua trajetória laboral, especialmente no que se refere ao acesso à remuneração e à formalização do trabalho. Suas recordações entrelaçam vivências pessoais e laborais, uma vez que residia na casa da família para a qual trabalhava, o que permite analisar a continuidade do trabalho realizado, considerando que permanecia disponível praticamente durante todo o tempo.

E a rotina era dormir no emprego, acordava cedo e só ia dormir de novo quando acabassem as essas tarefas, ficava ali à disposição da patroa e do patrão. Aguentava muita coisa, tinha que ficar firme lá... **porque a minha mãe dependia de nós para mandar algum recurso para ela lá no norte de Minas,** porque lá não tinha renda de nada [...] Oficialmente⁵ acho que [comecei a trabalhar] lá pelos 21 anos, mas com 14 anos eu já tinha que trabalhar para sobrevivência... agora de carteira assinada foi lá pelos 21 ou 22 [anos] (Eduarda, 2024, relato verbal, grifos nossos).

Para além do trabalho remunerado, observa-se a presença do trabalho reprodutivo não remunerado, relacionado ao cuidado com a mãe, os irmãos e outros familiares. Eduarda destaca que seu salário era integralmente destinado à manutenção da casa materna, elemento

⁵ A palavra “oficialmente” está referindo-se a carteira assinada, visto que segundo a entrevistada — “antes a gente falava com as patroas que a gente queria que assinasse as carteiras e tal, e ela ria na cara da gente, porque não era obrigado, isso aí nem se cogitava. E, aí eu ficava nessa (quando trabalhava de doméstica) trabalhava e recebia o que elas pudessem pagar” (Eduarda, 2024, relato verbal).

que orientava sua necessidade constante de trabalhar. Esses aspectos dialogam com as contribuições de Arruzza (2015) e Fraser (2023), ao apontarem que as ações reprodutivas estão diretamente ligadas à sustentação das relações familiares, ao cuidado com parentes e à manutenção das estruturas materiais e emocionais da vida. Assim, mesmo à distância, Eduarda seguia sustentando relações reprodutivas fundamentais, o que conferia sentido à sua atividade laboral.

Os relatos de Cida (2024, relato verbal) convergem com os de Eduarda ao evidenciarem que seus primeiros trabalhos estavam diretamente relacionados às dificuldades familiares e à necessidade de auxiliar a mãe na criação dos irmãos. Em sua narrativa, Cida relata ter iniciado atividades de cuidado ainda na infância, o que revela a presença tanto do trabalho reprodutivo remunerado quanto do não remunerado, especialmente no cuidado com os irmãos mais novos.

Dificuldades familiares, eu tinha que ajudar a minha mãe, ajudar minha mãe a criar os [meus] irmãos, são 13, eu sou a mais velha dos 13, então a minha mãe trabalhava apanhando café, depois de uma época começou a lavar roupa para fora, era isso... E ficava arrumando neném⁶, um por ano, e eu tinha que ajudar a criar. Eu lembro que quando eu tinha 6 ou 7 anos, meu pai me deu para alguma família, é... Para ‘mim’ trabalhar, cuidar de duas crianças, brincar com dias crianças. Aí a mulher dava roupa, sapato... era isso. Aí depois com 12 anos para cima já comecei a trabalhar numa casa. **Trabalhava, eu trabalhei demais**... [pausa reflexiva, a entrevista parecia que estava revivendo aqueles momentos].

As necessidades familiares apresentadas extrapolam a dimensão da remuneração, uma vez que Cida descreve sua inserção precoce no trabalho de cuidado como parte de uma organização familiar que atribuía às filhas mais velhas a responsabilidade pelo cuidado dos demais membros. Essa dinâmica evidencia um volume significativo de trabalho realizado de forma invisibilizada e gratuita pelas mulheres, conforme apontado por Federici (2021).

A narrativa de Cida revela uma organização do trabalho no interior da estrutura familiar, na qual suas primeiras experiências laborais estavam condicionadas às necessidades da mãe, do pai e dos irmãos. Observa-se que as responsabilidades de cuidado recaem, prioritariamente, sobre as filhas mais velhas, reforçando a invisibilidade desse trabalho e a sua identificação como uma “ajuda”, sustentada por uma obrigação moral imposta pela organização familiar.

O trabalho reprodutivo realizado fora do ambiente familiar aparece, inicialmente, desvinculado da remuneração financeira, sendo realizado em troca de bens materiais, como

⁶ Aqui temos representado outro trabalho reprodutivo realizado pela mãe da Cida, que é a reprodução literal de novas crianças.

roupas e sapatos. Essa forma de troca também é evidenciada no relato de Eliane (2024, relato verbal), no qual se observa a utilização de sua força de trabalho de maneira gratuita, beneficiando membros da própria família.

Com nove anos, porque eu morava com a minha avó, aí a minha mãe pegou e falou para ‘mim’ começar a trabalhar, que **eu tinha que começar a fazer alguma coisa**, a minha tia estava sozinha, aí ela colocou eu para olhar o menino que minha a tia tinha vindo da maternidade, e não tinha quem ficasse com ela, aí eu fui lá ficar. Aí ficava... com novos anos eu ficava, aí eu falei com minha mãe: **“meu tio vai pagar?”**, **aí ela falava: “não, ele vai te ensinar a olhar as horas”**. Porque eu não sabia, para ensinar, aí foi assim (Eliane, 2024, relato verbal, grifos nossos).

Ambas as narrativas evidenciam a realização do trabalho reprodutivo de forma não remunerada. No caso de Eliane, observa-se a mobilização de sua mão de obra para atender às necessidades de cuidado de familiares em diferentes momentos, reforçando a lógica de delegação do trabalho de cuidado a mulheres mais jovens da família. Essa dinâmica ocorre tanto pela ausência de recursos financeiros para delegar o cuidado a outras mulheres quanto pela compreensão dessas atividades não como trabalho, mas como uma extensão natural da condição feminina.

Outra entrevistada destaca:

Nossa **eu comecei a trabalhar pequena, sabe o que é pequena?** (Dando ênfase), e eu já pajeava criança, ‘pajear’ sabe? Na [nome da casa em que trabalhava], lá eu ‘pajiei’ a (nome da criança), eu era pequena ainda, eu devia ter uns 8 anos ou 9 anos. Depois, a minha mãe ela era lavadeira e passadeira de roupa, e que entregava por esse pessoal rico aí, até para a mãe do prefeito ela lavava roupa, então a gente ia buscar as malas de roupa pesada e ia ajudar ela a entregar também, porque ela lavava e passava a roupa, então a gente ia com aqueles cabides assim (fazendo gesto do objeto apoiado no ombro e nas costas) de roupa e mais a mala de roupa, a gente carregava mala na cabeça e tudo. A minha mãe lavava [roupa] de 13 família sabe? Ela lavava no sol, meu pai fez um tanque grandão, mas não pôs cobertura para ela não, ela ficava no sol lavando roupa sabe! Ela ficava preta no sol de tanto lavar roupa, então à noite ela falava — Criançada! Eu preciso da ajuda de vocês, para levar e entregar as roupas. Porque meu pai ganhava um salário mínimo... tinha a minha mãe e 3 filhos, **então aquilo não dava para quase nada, o salário mínimo da antiga era mais baixo ainda**. Aí, **eu tinha que ajudar, tinha que ajudar a minha mãe**, ela lavava e passava a roupa tudo... Depois, eu ainda era adolescente e eu fazia faxina, adolescente eu fazia faxina e [também] entrei na infantil (loja) ... **porque eu não tinha esse (sinal de dinheiro com a mão)! Passava falta das coisas, passava falta de roupa, de calçado** (Helena, 2024, relato verbal, grifos nossos).

O relato de Helena aprofunda essa discussão ao evidenciar como as ações reprodutivas são naturalizadas desde a infância, sendo realizadas em favor de terceiros e orientadas pelas necessidades materiais da família. As atividades descritas envolvem tanto trabalhos reprodutivos remunerados quanto não remunerados, o que contribui para a construção dos

sentidos do trabalho como obrigação e ajuda, especialmente no interior das relações familiares.

É inerente apontar novamente, por meio do relato de Helena, o peso da perspectiva da remuneração na construção dos sentidos do trabalho. A pobreza (necessidade), que aqui podemos definir como à impossibilidade ou dificuldade de se reproduzir socialmente, tais como a falta de meios para garantir os acessos à comida, moradia, entre outros; ou como destacado por Helena: “[...] das coisas, [...] falta de roupa, de calçado”, guiou as suas primeiras recordações com labor. Seja em relação aos trabalhos reprodutivos remunerados, como cuidar de crianças, fazer faxinas e trabalhar na costura, ou aos trabalhos não remunerados, entregar as roupas lavadas pela mãe, que perpassa a preocupação e o cuidado com terceiros.

De modo geral, os recortes das entrevistas sobre os sentidos iniciais do trabalho revelam que as experiências laborais dessas mulheres estão marcadas pela necessidade, seja pelo cuidado com terceiros, pelo auxílio aos familiares ou pela busca por remuneração. Esses sentidos aparecem associados a uma compreensão do trabalho como um “ato de serviço”, profundamente entrelaçado às necessidades familiares e às dinâmicas do trabalho reprodutivo organizadas no espaço privado dos lares.

4.1.2 O Trabalho reprodutivo como expressão de dever e afeto

Por meio da análise das entrevistas, foi possível materializar as primeiras construções de sentidos ligadas, também, a uma educação voltada para o trabalho, compreendida como uma reafirmação ideológica das novas gerações (Marx, 2017a), representada pela transmissão das perspectivas sobre o labor ao longo da vida, passadas dos pais para as filhas. Soma-se a isso a personificação do trabalho, diretamente relacionada à construção da identidade a partir das atividades realizadas (Antunes, 2009)

Neste sentido, Maria (2024, relato verbal, grifos nossos), conta que começou a trabalhar:

Com 7 anos, porque naquela época né, **todo mundo trabalhava com essa idade!** A gente não fazia serviço pesado, **mas você tinha que trabalhar**, você ia apanhar café, você ia né... a gente não aguentava a peneira ‘pra’ abanar o café, mas se você aguentava puxar os grãos do pé de café, então a gente trabalhava nisso. A gente capinava arroz que era mais fácil, e feijão. Não trabalhava no serviço muito pesado, **mas naquilo que ele [pai] via que dava para fazer, a gente tinha que fazer!** Então **tinha que buscar lenha, tinha que buscar água, tudo tinha que fazer...** Porque não tinha água dentro de casa, a água era longe, tinha que buscar água na mina. Era tudo serviço assim... Tinha que carregar aquela lata nas costas, mas estamos aí!

O relato de Maria exemplifica as primeiras relações das entrevistadas com o trabalho, ensinadas e organizadas por seu pai, a partir das percepções deste sobre as capacidades e a força dos filhos para a realização das atividades produtivas na roça. Dessa forma, Maria indica que, desde criança, foi instruída a trabalhar conforme as demandas apresentadas pela dinâmica familiar na qual estava inserida.

A partir desse recorte, é possível discutir a estrutura familiar como a primeira organizadora da rotina de trabalho, para além do assalariamento. Maria destaca que as atividades por ela realizadas estavam voltadas à subsistência interna da família, por meio da busca por acesso à água e da plantação e colheita de alimentos, possibilitadas pela vivência no espaço rural durante sua infância. Ao mesmo tempo, evidencia-se a estrutura familiar como o espaço no qual as crianças são educadas dentro de uma determinada concepção de trabalho, sendo socializadas a partir dessa identidade.

O relato de Lia (2024, relato verbal, grifos nossos) dialoga diretamente com essa discussão, ao apresentar que seu ingresso precoce no trabalho estava relacionado às demandas familiares e à rotina produtiva dos pais

Criança assim, eu já fui com idade de 8/9 anos, **comecei a ajudar minha mãe arrumar cozinha, lavar roupa, ajudar o pai a plantar as plantações**, com 8/9 anos fui estudar também, e assim... trabalhando os servicinhos mesmo de roças, trabalhando assim só na roça com o meu pai, ajudando o meu pai plantar. A gente estudava, chegava da escola, ajudava o meu pai capinar, plantar, trabalhava direto... então a rotina é assim: **os dias a gente tinha que ajudar... ah, a gente fazia de tudo... para ajudar o pai.**

Ambos os relatos destacam que as relações com o trabalho são mediadas pelas relações humanas, que, segundo Gaulejac (2007), condicionam a existência, organizam o tempo de vida, estruturam comportamentos e orientam os processos de socialização. As entrevistas de Maria e Lia evidenciam que, durante suas infâncias e adolescências, o trabalho fazia parte constitutiva de suas vivências familiares, sobretudo a partir da relação com seus pais.

Desse modo, os sentidos atribuídos ao trabalho passam por uma dimensão de pertencimento e pela possibilidade de demonstrar afeto às mães e aos pais, orientados pelas necessidades e pela rotina laboral destes. Tal aspecto pode ser observado na centralidade do trabalho nas memórias das mulheres entrevistadas, que associam suas vivências familiares diretamente às rotinas de trabalho exercidas por seus pais.

Para além dos relatos de Maria e Lia, o depoimento a seguir apresenta um ponto distinto de análise, uma vez que a entrevistada viveu toda a sua trajetória no espaço urbano, diferentemente das experiências anteriores, marcadas pelo trabalho no meio rural. Ainda assim, Adelha compartilha elementos centrais semelhantes às narrativas anteriores, especialmente no que se refere às recordações que articulam trabalho e família, diretamente vinculadas às rotinas laborais de seus pais:

Então, assim, com 11 anos comecei a trabalhar como babá, **mas não porque foi uma coisa imposta, mas foi meu mesmo, eu falei que queria e fui... é por ver as coisas assim, né, de casa, via o pai, via a mãe saindo para trabalhar**, via muita coisa. A gente sempre por conta da vó, aquela coisa né. Então, eu na minha consciência de criança, **eu achava que se eu fosse trabalhar e ajudar...** tanto que quando eu recebia, eu dava o gás para a minha mãe.... **Na minha inocência de criança eu achava que se eu trabalhasse, o pai e a mãe iam trabalhar menos para ficar com a gente em casa. Achava que uma coisa ia suprir a outra naquela época** (Adelha, 2024, relato verbal, grifos nossos).

O relato de Adelha evidencia uma das formas de organização da divisão sexual do trabalho, na qual há a delegação do cuidado para a avó, em consonância com as contribuições de Hirata e Kergoat (2007), que apontam a existência de cadeias de cuidado responsáveis por deslocar essas atividades para outras mulheres, de forma remunerada ou não. Bhattacharya (2021) destaca que, quando não há condições financeiras para adquirir esses serviços no mercado, tais responsabilidades recaem sobre a família, sobretudo sobre as mulheres, sejam elas filhas mais velhas ou, como no caso apresentado, avós.

As memórias compartilhadas por Adelha expressam a complexidade dos sentidos atribuídos ao trabalho pelas entrevistadas. Observa-se a presença das dinâmicas familiares que, a partir da rotina laboral dos pais, produzem sentidos de pertencimento às estruturas familiares e de reconhecimento pelos esforços realizados. Esses elementos conduziram Adelha a compreender, ainda na infância, a necessidade de buscar a remuneração como forma de auxiliar a família, ao mesmo tempo em que evidenciam a centralidade do trabalho na constituição da rotina, do comportamento e das relações afetivas.

As dinâmicas e necessidades percebidas por Adelha demonstram uma reafirmação dos sentidos do trabalho transmitidos pelas vivências, dificuldades e práticas laborais de seus pais, bem como a reprodução intergeracional das estruturas e rotinas próprias da classe social que vive do trabalho.

4.2 OS SENTIDOS DO TRABALHO REPRODUTIVO QUE PERMANECEM AO LONGO DA VIDA

Os trabalhos reprodutivos, como discutido ao longo da fundamentação teórica, compreendem o preparo das refeições, lavar e costurar roupas, gerar, procriar e formar crianças, manter relações sexuais, cuidar das condições mentais e emocionais, manter lares e comunidades, cuidar de idosos e doentes e, de modo geral, sustentar as conexões sociais entre amigos e familiares. Tais atividades são continuamente realizadas como uma obrigação feminina, sendo atribuídas como habilidades psíquicas e características da personalidade das mulheres (Federici, 2019b; 2021).

Por meio da Teoria da Reprodução Social, é possível evidenciar como o trabalho é dividido socialmente, direcionando as mulheres para essas atividades de cuidado, seja em contextos privados, como o doméstico, seja em espaços públicos, no trabalho formal ou informal, conforme será abordado nas próximas subseções.

4.2.1 O Trabalho reprodutivo como fonte ambígua de reconhecimento

A manutenção da subsistência exerce um papel fundamental para a compreensão das construções dos sentidos do trabalho entre as entrevistadas, sendo este o principal elemento que atravessa os primeiros trabalhos realizados por elas durante a infância e a adolescência, como discutido nas subseções anteriores. Esse aspecto reaparece de forma central na fala de Denisia (2024, relato verbal, grifos nossos), quando questionada sobre sua relação com o trabalho:

[...] **dinheiro que eu ganhava, mais nada!** Porque era complicado menina, era muito complicado! Eu costurei demais na minha vida, eu costurava ... (suspiro profundo e prolongado de tristeza) eu costurava até... eu costurei muito, muito mesmo... mas valeu a pena! [...] eu comecei a costurar 17 aninhos, e trabalhei com isso até uns 5 anos atrás [atualmente Denisia tem 82 anos], **trabalhei a vida inteira de costureira!** Eu fazia a minha lida de casa, eu levantava cedo, porque **o marido ganhava pouco, e eu trabalhava para ajudar, trabalhava o dia inteiro.**

Denisia destaca que seu trabalho estava vinculado, primeiramente, à remuneração recebida, elemento diretamente relacionado à necessidade de subsistência familiar e ao acesso a mantimentos. Contudo, em sua fala, é possível identificar o sentido de seu trabalho como um complemento ao trabalho realizado por seu marido. Hirata e Kergoat (2007) nomeiam esse processo como “princípio hierárquico”, que atravessa a construção da divisão sexual do trabalho, na qual o trabalho masculino é socialmente valorizado em detrimento do trabalho feminino.

A fala de Denisia também dialoga com as contribuições de Federici (2021), ao evidenciar que os trabalhos realizados pelas mulheres em troca de remuneração são frequentemente compreendidos como uma ajuda ao trabalho considerado principal da família, exercido pelos homens. Assim, o sentido atribuído ao trabalho feminino não se limita ao acesso ao salário, mas está associado à necessidade de ajudar, sustentando uma construção ideológica que posiciona o homem como provedor, ainda que a realidade da classe trabalhadora se materialize na necessidade de dois salários para a sobrevivência. Esse aspecto evidencia os debates sobre a dupla jornada, na qual o trabalho reprodutivo não remunerado, naturalizado como obrigação feminina, é realizado simultaneamente às exigências do trabalho remunerado, orientando os sentidos atribuídos ao trabalho pelas entrevistadas.

Além disso, a fala de Denisia converge com a compreensão do trabalho como elemento constitutivo de sua identidade pessoal, uma vez que ela exerceu o mesmo labor ao longo de praticamente toda a vida, da adolescência à aposentadoria, reconhecendo-se como costureira. Esse aspecto dialoga com a formação de identidade e atividade laboral, e com Gaulejac (2007), que destaca a constituição de um reconhecimento simbólico e de uma identidade profissional.

Em outra entrevista, a remuneração na construção dos sentidos do trabalho aparece de forma distinta, sendo associada à independência, conforme aponta o relato a seguir:

[...] **não depender de ninguém, é ter sua independência!** Porque a pior coisa do mundo é você depender dos outros, igualzinho eu falo... eu fiquei viúva agora, vai fazer três meses... ainda vai fazer três meses, na verdade, aí eu tive que depender da ajuda das pessoas, porque eu não tinha condições... porque se não fosse eles, eu estaria passando fome junto com a minha família, e olha que a vida inteira eu trabalhei, nunca dependi de ninguém. Então, agora, graças a deus, **a minha vida está voltando para os eixos, para o ritmo normal, então para mim vai ser muito bom [voltar a trabalhar]**, e para ela [filha mais nova], a minha pequena também. Eu sempre gostei de trabalhar, nunca tive preguiça, graças a Deus... porque como o **meu marido ficou doente**, ele teve dois AVCs, eu não podia largar ele sozinho, então eu tinha que olhar ele, porque ele não tinha nem condições de buscar nossa filha na escola... ele caía, machucava, então não tinha condições, então eu fiquei em casa. Agora, como vai sair o projeto da prefeitura, aí eu vou voltar a trabalhar... ah, não dá para ficar sem trabalhar! Porque daí, é das nove horas até no máximo quatro horas da tarde, então dá tempo de ir buscar ela na escola [filha mais nova] (Débora, 2024, relato oral, grifos nossos).

Na fala de Débora, à luz dos estudos de Gaulejac (2007), é possível identificar os sentidos do trabalho de forma multivariada. Embora a remuneração ocupe um lugar central, ela não é suficiente, por si só, para explicar a relação da entrevistada com o trabalho. Destaca-se o sentido de pertencimento que o labor proporciona, uma vez que Débora associa o retorno ao trabalho à retomada do “ritmo normal” de sua vida, compreendendo-o como um elemento organizador de sua rotina.

Outro aspecto relevante diz respeito à construção de valores e visões de mundo associadas ao trabalho, conforme aponta Gaulejac (2007) ao discutir o “valor do trabalho” na sociedade capitalista. Esse elemento se expressa na fala de Débora quando afirma que “sempre gostou de trabalhar” e que “não tem preguiça”, características destacadas como marcas de sua trajetória.

Nesse recorte, também é possível discutir o trabalho como o principal meio de acesso à subsistência no sistema econômico vigente, ao mesmo tempo em que se observa a reafirmação ideológica do trabalho como elemento central na vida da classe trabalhadora. Débora relata um momento de instabilidade socioeconômica decorrente do adoecimento e falecimento de seu companheiro, bem como a constituição de uma rede de solidariedade em torno dela e de sua filha. Ainda assim, reafirma a necessidade de retomar o trabalho como forma de garantir sua reprodução social de maneira independente, reforçando a centralidade do labor.

Para além das contribuições de Gaulejac (2007), Débora evidencia outro elemento que atribui sentido ao seu trabalho: a relação com sua filha. Segundo a entrevistada, o trabalho está diretamente vinculado à organização da rotina da criança, sendo justificado, inclusive, pela necessidade de “voltar pela pequena”. Assim, além do trabalho reprodutivo remunerado realizado fora do lar, há a presença constante do trabalho reprodutivo não remunerado, relacionado ao cuidado, à criação e à transmissão de valores à filha.

Outro aspecto é enfatizado por Eliane, que destaca o reconhecimento como principal fonte de sentido de seu trabalho:

É, dos outros falavam assim: “nossa, você limpa tão bem!”, “você faz tanto isso”, aí fulano chegava e falava assim “nossa, você limpou a casa de dona Silvana, e ela está falando tão bem de você! Você não quer ir lá limpar a minha?” Era isso que era a minha satisfação, entendeu? É até hoje assim, eles: “oh Eliane, ‘ce’ ta de folga? Não quer trabalhar para mim?”, aí eu ia... agora eu não faço mais isso, mas já fui várias vezes porque o povo fazia isso comigo. **Os elogios dos outros! (Eliane, 2024, relato oral, grifos nossos).**

Para Eliane, a valorização do trabalho manifesta-se como elemento central de satisfação em sua rotina, orientando a construção dos sentidos atribuídos ao labor. Conforme aponta Gaulejac (2007), esse reconhecimento está associado ao ato de serviço realizado em benefício de terceiros. A fala da entrevistada evidencia que seus sentidos do trabalho passam pela mediação social e pela sociabilidade proporcionada pelas atividades realizadas, além de se constituírem como estratégias para a obtenção de novos serviços, uma vez que seu trabalho como diarista dependia das recomendações e do reconhecimento social.

O reconhecimento do trabalho também se faz presente, em articulação com outros elementos, na narrativa de Helena:

Eu acho que o trabalho é muito bom sabe o trabalho! Ele distrai muito a gente, faz coisa boa, coisas gostosas e **as pessoas elogiam, gostam... entendeu.... Gostam, acho bonito...** quando usava aquelas camisetas com renda, tudo ali trabalhar, tudo... eu fiz muito aquilo, todas essas camisetas eram muito encomendadas na época de camiseta com detalhe, eu fiz muito! **Eu adorava trabalhar para te falar a verdade, até hoje!** Eu gosto de mexer com quitanda, eu gosto de ir lá na cozinha, fazer um bolo, gosto de fazer rosca, gosto de fazer pão, sabe... invento as coisas da minha cabeça, faço, e dar certo! **Então eu gosto...** agora só que eu hoje não estou podendo muito por causa dos meus ombros, os tendões meus que não ajudam muito! (Helena, 2024, relato verbal, grifos nossos).

Assim como no relato anterior, Helena associa suas satisfações com o trabalho ao reconhecimento externo, especialmente por meio dos elogios recebidos. De forma mais acentuada, a entrevistada destaca o prazer em observar o produto final de seu trabalho sendo utilizado por outras pessoas, relacionando esse reconhecimento ao esforço despendido na produção. Sua fala também expressa uma construção de valores e visões de mundo relacionadas ao ato de servir, que atravessam suas construções de sentido.

Dessa forma, o trabalho aparece associado ao prazer em realizar uma atividade, ao ritmo de vida que ela proporciona e, sobretudo, aos trabalhos reprodutivos ligados à cozinha, que permeiam sentidos, valores e comportamentos em seu cotidiano, mesmo reconhecendo os sofrimentos decorrentes dessas práticas. Evidencia-se, ainda, a centralidade do trabalho em sua rotina, expressa na afirmação de que “adorava trabalhar”, refletindo uma construção social que internaliza o labor como elemento constitutivo da vida.

Helena também destaca que sua trajetória laboral foi atravessada por múltiplos elementos, conforme expresso no relato a seguir:

Depois que me casei, com 18 anos, **passei necessidade com o marido miserável e ruim também. Comecei a trabalhar em casa**, aí costurava na vizinha, deixava as crianças pequenas em casa e ia costurar, sabe? **Depois comecei a fazer bolo de aniversário, essas coisas assim, para fora.** Fui intercalando dinheiro, tendo dinheiro e aí que fui contribuindo no meu INSS. Fiquei nessa rotina menina... muito tempo viu, vou te contar viu! Até quando a minha filha tinha 15 anos sabe, porque elas eram pequenas, porque elas não tinham um calçado, não tinham roupa direito... Eu não saía de casa! Fala a verdade (em tom de indignação)! O tanto que ele fazia assim (sinal de mão fechada) para guardar dinheiro, porque ele não era de pôr dinheiro fora de beber e nem de fumar, mas era seguro! Eu trabalhava com tudo, com costura, com tricô. **Trabalhei demais na minha vida!** Hoje eu tenho meus ombros, tudo estourado, né! De dor, menina, de dor nos ombros! Os tendões tudo arreventado... dos dois ombros! Ah... trabalhava em casa, fazia para fora, tudo isso! Com criança pequena, com tudo, tinha que fazer... Quando a minha filha mais velha foi pegando idade, aí ela ajudava a olhar os outros menores, ela estudava de manhã e depois do almoço ficava com as crianças e eu ia trabalhar. **Sim! A minha vida foi muito sofrida!** Mas agradeço a Deus por estar aqui hoje! Vou fazer 75 anos! (Helena, 2024, relato verbal, grifos nossos)

As recordações compartilhadas revelam uma dualidade nos sentidos atribuídos ao trabalho. Em um primeiro momento, a entrevistada ressalta aspectos positivos de suas vivências laborais; entretanto, ao narrar sua trajetória ao longo da vida, emergem as dificuldades, as necessidades socioeconômicas e os sofrimentos que também orientaram a construção desses sentidos.

A necessidade de remuneração reaparece associada às dificuldades de reprodução social, como o acesso à alimentação, vestuário e moradia, direcionadas sobretudo às privações enfrentadas pelos filhos e aos conflitos conjugais. Outro elemento presente refere-se à articulação entre o trabalho reprodutivo não remunerado e o remunerado, realizados simultaneamente no espaço doméstico, bem como à posterior delegação do cuidado dos filhos mais novos à filha mais velha.

É importante destacar a dualidade presente também na entrevista de Maria, que inicialmente descreve o trabalho como algo positivo e significativo:

O trabalho é uma coisa assim muito significativa para a gente né, é você ver que você está né fazendo alguma coisa porque eu falo que o menor que seja o serviço que você faça, se você colocar amor né dá certo, por mais simples que seja, seja sempre doméstica, é muito interessante né você se doar ao serviço! O serviço né o trabalho por mais simples que seja tem que trabalhar com amor, e fazer vontade não é verdade! Porque se você vai só porque você está pensando teu salário, né, deus não multiplica... [depois do casamento] meu marido não deixou eu trabalhar, ele falou assim: “Não você já tem a casa para cuidar, os filhos para cuidar, então você não precisa trabalhar... o que eu ganho dá para sobreviver, então eu não precisei trabalhar mais não” [começou a trabalhar com 7 anos]. Eu não trabalhei, mas também não paguei né o INSS (Maria, 2024, relato verbal, grifos nossos).

Nesse recorte, os sentidos expressos por Maria evidenciam uma construção de valores orientados pelo trabalho, que assume características de missão, crença e princípio moral, reforçando uma reafirmação ideológica que o apresenta como elemento positivo no modo de produção capitalista. Tal concepção expressa a internalização da ideologia do trabalho como valor ético, naturalizando formas de exploração ao vinculá-lo à dignidade e à realização pessoal (Gaulejac, 2007).

Maria compreende o trabalho como um ato de serviço em benefício de outras pessoas, associado a um sentimento de pertencimento, no qual a centralidade exclusiva do salário é vista como inadequada. Assim, o labor transcende o aspecto material e passa a constituir um elemento identitário, funcionando, conforme aponta Gaulejac (2007), como espaço simbólico de reconhecimento e afirmação de si.

Entretanto, ao longo da entrevista, Maria inicialmente não reconhece seus trabalhos informais como trabalho propriamente dito. Após relatar os trabalhos realizados antes do casamento, afirma que, posteriormente, seu marido não permitia que trabalhasse. Contudo, ao final da entrevista, acrescenta:

Como eu te falei, **o meu marido não me deixou trabalhar fora, mas aí eu arrumei um jeito né**, entrei em um curso de costura, e comecei a costurar para fora. Costurei para fora, para mim, para os meus filhos, para o meu marido.... Eu mesmo fazia. Hoje eu não faço mais porque tá tudo prontinho, você acha tudo prontinho pra comprar... então aí hoje é só um consertinho ou uma bainha, uma coisa mais simples, mas agora eu não costuro mais não, a máquina fica lá... só de vez em quando eu mexo nela. **Mas eu já costurei muito, fui manicure**, mas agora hoje nem a minha mesmo eu faço (Maria, 2024, relato verbal, grifos nossos).

Essa contradição pode ser compreendida à luz da construção social que entende essas atividades como auxílio ao trabalho considerado legítimo da família, exercido pelo marido, bem como pela divisão sexual do trabalho que atribui o trabalho reprodutivo à natureza feminina (Federici, 2019b; 2021). Ao mesmo tempo, os sentidos do trabalho para Maria revelam uma dimensão de resistência, uma vez que ela buscou alternativas para continuar trabalhando, mesmo diante da imposição do marido. O orgulho presente em sua fala pode estar relacionado à superação dessa restrição.

De modo semelhante, a proibição do trabalho externo — compreendida como uma forma de violência patrimonial⁷, aparece de forma mais contundente na fala da Eduarda:

Aos 21 anos, que eu consegui um emprego no supermercado com a carteira assinada e daí para frente essas coisas melhoraram. Fiquei lá uns 3 ou 4 anos, e depois eu casei e **o marido não permitia que trabalhasse, então eu larguei o serviço... fiquei assim muito aborrecida de não trabalhar**, mas aí minha mãe já estava com uma situação mais controlada, e eu fui cuidar da minha vida, da minha família. Depois que o meu marido e eu nos separamos, aí eu voltei a trabalhar. Trabalhei também como lavadeira, como manicure, fazia tudo que pintasse. E assim até que consegui trabalhar em uma empresa que prestava serviço de alimentação para prefeitura, trabalhei de cozinheira numa empresa que fazia merenda, aí trabalhei lá, fui instruída a fazer o concurso da prefeitura, fiz passei e **fui trabalhar como varredeira de rua. Nossa, fiquei feliz demais, foi o melhor trabalho! Melhor trabalho que já tive até hoje, eu adoro, nossa! Amo!** Pode ser um trabalho muito simples, mas eu gosto demais! Depois eu trabalhei nas escolas como merendeira... até aposentar (Eduarda, 2024, relato oral, grifos nossos)

Para Eduarda, o trabalho assume um sentido de emancipação, corroborando a perspectiva de Gaulejac (2007), segundo a qual o trabalho não pode ser compreendido apenas pela remuneração, pois envolve relações humanas que estruturam a existência e o tempo de

⁷ A violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos (Brasil, 2006)

vida. Sua relação com o trabalho externo aparece associada a sentimentos de autonomia e afeto, especialmente após a separação conjugal.

Os relatos de Maria e Eduarda evidenciam a concepção de família moderna capitalista que centraliza na figura patriarcal a disciplina e o controle do trabalho feminino, invisibilizando e mediando as relações de produção do trabalho reprodutivo (Federici, 2019a; 2019b). Nesse sentido, a Teoria da Reprodução Social demonstra como o trabalho reprodutivo não remunerado depende, materialmente, do trabalho assalariado para existir, uma vez que a realização das atividades domésticas requer a aquisição de insumos no mercado capitalista.

Além disso, a dependência do trabalho reprodutivo não remunerado em relação ao trabalho assalariado reforça a responsabilização das mulheres pela estabilidade mínima da reprodução social familiar. Quando os recursos provenientes do trabalho remunerado são insuficientes, recai sobre elas a culpabilização pela gestão inadequada das finanças domésticas.

Essa lógica também se expressa no controle do trabalho externo feminino, frequentemente compreendido como uma ajuda ao marido (Federici, 2019a), enquanto o trabalho reprodutivo integral é tratado como “não trabalho”, conforme indicam expressões como “eu não trabalhei” (Maria) e “aí eu voltei a trabalhar” (Eduarda). Tais formulações evidenciam a invisibilização e a naturalização do trabalho reprodutivo como atributo feminino.

Por fim, destaca-se que, embora as entrevistadas, em determinados momentos, se refiram ao trabalho reprodutivo não remunerado como “não trabalho”, elas também o reconhecem, de diversas formas, como labor, a partir das necessidades, do desgaste físico e do dispêndio de energia exigidos para sua realização, aspecto que será aprofundado na próxima subseção.

4.2.2 A Continuidade do trabalho reprodutivo ao longo da vida

Os trabalhos reprodutivos não remunerados podem ser compreendidos a partir das discussões de Gaulejac (2007) no que diz respeito ao ato de serviço em prol de outras pessoas, mas não apenas sob essa ótica, uma vez que tais labores estão engendrados em princípios socialmente construídos de amor, família moderna e dever materno, conforme apontam Federici (2019b) e Hirata e Kergoat (2007).

Na fala de Maria (2024, relato verbal, grifos nossos), o “amor” aparece em destaque como base para a realização desse labor:

Nossa... o trabalho que eu realizo em casa, igual eu estou te falando né, é **com amor**, então é **lavando roupa, fazendo uma comida né, limpando casa...** [mas] não é muito meu foco não, porque eu tenho muita dor na coluna, então quando eu mexo muito... eu né (sinto dor)... eu quero limpar tudo, eu vou limpar e fico com muita dor, eu sei que depois eu vou passar mal, vou sentir dor né! Mas o que eu posso fazer.... Já costurei muito, hoje eu não tenho muita paciência mais de ficar sentado, gosto de fazer crochê nas horas vagas... Eu sinto muita falta, agora sem óculos não consigo! Esse é o serviço que eu faço em casa... **e assim quando eu posso e se tem alguém precisando também, eu sinto prazer em servir o outro que precisando**, que está com dificuldade.

É importante ressaltar que, ao longo de sua exposição, Maria não caracteriza essas ações reprodutivas como um “não trabalho”. Ao contrário, ela narra suas vivências como atividades que exigem dispêndio de energia para sua realização, destacando os desgastes físicos decorrentes desse processo. Dessa forma, reconhece tais ações como possuidoras de sentido em sua rotina, ainda que guiadas por construções sociais que as apresentam como inerentes à sua condição feminina, mesmo diante das limitações físicas enfatizadas em sua fala.

À luz da Teoria da Reprodução Social, é possível evidenciar, a partir do relato da entrevistada, como o trabalho é dividido socialmente por meio de uma cadeia de cuidados. As ações reprodutivas incluem lavar roupas, preparar alimentos e limpar a casa, conforme destacado por Maria, mas também o cuidado com crianças, idosos e doentes. Assim, o trabalho reprodutivo não remunerado não se limita ao espaço físico dos lares privados, estendendo-se às conexões sociais que os atravessam, como aponta Fraser (2023). Esse aspecto é exemplificado quando a entrevistada ressalta o prazer em servir pessoas que se encontram em situação de necessidade.

Os sentidos do trabalho apresentados pelas entrevistadas, como no relato de Maria, estão diretamente ligados à construção social destacada pela Teoria da Reprodução Social. Esse aspecto também se faz presente na fala de Helena (2024, relato verbal), que sublinha o sentido do labor orientado pelo dever materno e pela necessidade de cuidado com os filhos:

Então, **eu tinha que cuidar dos meus filhos**, não podia sair assim de casa e largar eles, não podia! **Eu tinha que cuidar deles, então a minha vivência foi assim, que eu tinha que comprar as coisas para eles, roupas, calçados, assim, um alimento melhor... então isso tudo foi influenciando o meu trabalhado, eu gostava de fazer por causa disso.** E tinha uma coisa também, quando eu tinha dinheiro, o marido... a geladeira ficava vazia... aí era muito difícil! Eu não achava ruim, eu gostava de sair para fazer trico, para costurar e chegar e cuidar dos filhos, não achava ruim, não ficava agoniada por isso. Eu ficava agoniada por pelas coisas que a gente sentia, porque oh (sinal de mão fechada) (Helena, 2024, relato oral, grifos nossos).

Conforme explicam Arruzza (2015) e Bhattacharya (2023), a reprodução social compreende a regeneração e a manutenção da classe trabalhadora, incluindo não apenas os indivíduos em idade produtiva, mas também crianças, jovens e idosos que dependem dos rendimentos de adultos responsáveis por sua sobrevivência. Na fala de Helena, essas responsabilidades aparecem como atribuições diretamente assumidas por ela, de modo que os sentidos do trabalho reprodutivo se entrelaçam ao trabalho produtivo, orientados tanto pela obrigação do cuidado com os filhos quanto pela necessidade de obtenção de recursos para a aquisição de insumos e alimentos.

Destaca-se, ainda, a naturalização da compulsoriedade desse labor como responsabilidade exclusivamente feminina. Em sua narrativa, Helena não o apresenta como algo negativo, mas como parte da construção social do dever materno, entendido como uma obrigação que precisava ser cumprida.

Essa construção histórica do trabalho reprodutivo como uma ação feminina imposta também é evidenciada na fala de Eliane (2024, relato verbal, grifos nossos), ao afirmar que: “Sei lá, se naquele tempo tinha sentido, sei lá, era obrigação da gente! A gente sentia obrigação, como se fosse uma obrigação da gente, da mãe de fazer isso”. De forma distinta da abordagem anterior, esse relato evidencia o trabalho reprodutivo como uma imposição, sem possibilidades concretas de recusa, sobretudo quando associado à maternidade.

Outra entrevistada, ao relatar suas vivências, destacou:

Só ficava dentro de casa, era trabalhar, costurar e cuidar. Meu marido trabalhava fora de casa, aí ficava só eu e a minha menina. Então era eu mesmo... a casa só era limpa aos domingos, não era que sujava muito também não. Então eu costurava mais, ou cuidava da casa, como a gente precisava, eu costurava mais do que cuidava das coisas. Eu tive a minha primeira filha com 29 anos, eu acho, então a **rotina era difícil**, era complicado, eu cuidava da filha, tinha que fazer o trabalho. [Em relação aos trabalhos feitos em casa] **é bom né menina, o filho a gente gosta, gosta muito dos netos**, eu falo, hoje para o neto, a gente tem mais tempo, porque para os filhos, a gente tinha que trabalhar, e para os netos a gente pode [aproveitar] (Denisia, 2024, relato verbal, grifos nossos).

As recordações compartilhadas por Denisia demonstram uma perspectiva de continuidade do trabalho em sua rotina no espaço privado do lar, sintetizada por ela em três elementos centrais: “trabalhar”, “costurar” e “cuidar”. A jornada de serviços é descrita como constante, evidenciando a centralidade do trabalho em sua vida cotidiana.

Além disso, a entrevistada destaca a necessidade de conciliar diversas demandas ao longo do dia (o cuidado com a filha, a manutenção da casa e a realização das costuras) revelando não apenas uma dupla jornada, mas a presença contínua do trabalho em sua vida.

Essa sobreposição de tarefas inclui, inclusive, a rotina de limpeza doméstica, que, segundo ela, só podia ser realizada aos domingos. Sob a perspectiva da Teoria da Reprodução Social, os sentidos atribuídos por Denisia ao trabalho revelam a responsabilização materna, na qual o cuidado com a filha é constantemente equilibrado com as exigências do trabalho remunerado.

Outro aspecto evidenciado por Denisia diz respeito à ausência de tempo livre em sua rotina. Ela destaca que, apenas no presente, consegue desfrutar de momentos com os netos, algo que não pôde vivenciar com os filhos em função da intensidade de sua rotina de trabalho. Nesse ponto, sobressai a relação entre trabalho, tempo livre e construção de sentidos na vida social.

A jornada de trabalho em tempo integral, descrita por Denisia como uma “rotina difícil”, evidencia a sobrecarga presente na vida das mulheres. A organização da divisão sexual do trabalho, que historicamente invisibiliza essas atividades, faz com que o trabalho reprodutivo imposto socialmente interfira diretamente na construção dos sentidos atribuídos aos labores realizados, diante da sobrecarga constante de serviços. Há uma correlação entre a rotina de trabalho, o tempo livre e as dinâmicas de vida para a produção de sentidos, relação que, neste caso, é atravessada por uma carga contínua de trabalho reprodutivo, remunerado e não remunerado, sintetizada pela própria entrevistada como “trabalhar, costurar e cuidar”.

Outras formas de pronunciamento sobre a realização do trabalho reprodutivo não remunerado foram destacadas durante a entrevistas:

Olha, eu procuro botar em ordem as coisas de dentro de casa, mas muito pensando assim na ordem de dentro da minha cabeça, como é que está também né. Como se às vezes a minha cabeça estivesse muito bagunçada, mas aí **eu quero dar um jeito na casa, por ali eu vou organizando a minha cabeça também!** Assim não tem aquela mania de arear panela e essas coisas não, mas gosto das coisas funcionando. **E eu acho que é fazer parte da sociedade, do meu lugar na sociedade porque vai chegar uma época que talvez eu não consiga fazer isso mais**, e eu sempre penso assim, nossa daqui a uns tempos não vou conseguir enxergar para lavar direito... (Eduarda, 2024, relato verbal, grifos nossos).

À luz das teorias de Gaulejac (2007), é possível identificar, no relato de Eduarda, o sentido de organização que o trabalho proporciona à sua rotina, estruturando tarefas que conferem coerência e estabilidade à sua vida. A entrevistada ressalta a necessidade de realizar os trabalhos domésticos como forma de organizar não apenas o espaço físico, mas também sua dimensão subjetiva, evidenciando o valor do trabalho reprodutivo em sua rotina, associado a construções de visão de mundo, valores comportamentais e conjuntos de crenças internalizados ao longo da vida.

Além disso, a fala de Eduarda também evidencia a construção de um processo identitário vinculado ao trabalho reprodutivo, quando afirma que “faz parte do meu lugar na sociedade”. Conforme destaca Federici (2019b, p. 74), “desde que o feminino se tornou sinônimo de ‘dona de casa’, nós [mulheres] carregamos para qualquer lugar essa identidade” Esse trabalho não assalariado e invisibilizado apresenta-se como elemento constitutivo da identidade pessoal (Gaulejac, 2007), frequentemente romantizado e realizado em nome do amor. Federici (2019b) destaca que essa imensa quantidade de trabalho gratuito, continuamente exigido e justificado pelo afeto, configura-se como trabalho não remunerado.

Ser uma “boa dona de casa” ou uma “boa mãe” emerge, nas entrelinhas da fala de Eduarda, como marcador de reconhecimento social e moral, atravessado pela ideia de que o valor da mulher está diretamente associado à sua capacidade de manter tudo em ordem: a casa, os afetos e o próprio corpo. Ao antecipar o momento em que “talvez não consiga mais enxergar para lavar direito”, evidencia-se a pressão para permanecer produtiva no espaço doméstico, mesmo diante dos limites físicos e do desgaste acumulado.

Essa narrativa revela como o trabalho reprodutivo é orientado por um disciplinamento moral que incide sobre o corpo e o tempo das mulheres, em que o “fazer” se confunde com o “ser”. A figura da “boa reprodutora” sustenta-se, assim, como ideal de virtude e utilidade, reafirmando a lógica capitalista e patriarcal que associa o valor das mulheres à sua disponibilidade constante para servir, cuidar e manter a vida em funcionamento, ainda que à custa de si mesmas.

Essa dinâmica demonstra como a construção social do trabalho reprodutivo se apresenta como elemento estruturante da vida das mulheres, internalizado como fonte de coerência e sentido. Conforme aponta a Teoria da Reprodução Social, as dinâmicas de gênero e raça não operam de forma paralela ao capitalismo, mas articuladas a ele, compondo uma dinâmica social específica. O capitalismo, nesse sentido, não se reduz a um sistema econômico, mas constitui um modo de vida que estrutura o trabalho, os sujeitos e os sentidos atribuídos às práticas laborais.

Então eu sinto muito... Bem assim, eu sinto assim, de arrumar as minhas coisas, é arrumar casa, lavar minhas roupa... **Eu me sinto realizada**, é tão bom a gente cuidas assim das coisas, vão os meus netinhos para lá, eu gosto deles tudo, eu me sinto bem! **Então, é uma tendência boa para mim**, para a minha cabeça... para a minha mente, é muito bom! (Lia, 2024, relato verbal, grifos nossos)

Para além dos aspectos anteriormente destacados, que convergem com o relato de Eduarda quanto ao sentido de organização e ao valor do trabalho, a fala de Lia também

evidencia o sentido do trabalho vinculado à remuneração. A possibilidade de acesso a insumos permite que a entrevistada se sinta bem ao ter “suas coisas” e ao cuidar delas, bens adquiridos por meio da venda de sua força de trabalho no mercado capitalista. Esse trecho ilustra como o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo são processos complementares, uma vez que a realização das atividades domésticas exige acesso a recursos financeiros para a aquisição de insumos necessários à sua execução.

Na fala de Lia, o sentimento de realização aparece entrelaçado ao ato de cuidar, de manter a casa organizada, as roupas limpas e os netos circulando pelo espaço que ela estrutura. Nesse movimento, observa-se um sentimento de pertencimento e de sentido que ultrapassa a tarefa em si, revelando como, ao cuidar das coisas, ela também cuida de si. Esse processo evidencia como o reconhecimento social e afetivo das mulheres permanece associado ao estereótipo da boa cuidadora, aquela que se realiza no servir e encontra valor na sustentação da vida dos outros.

O trabalho de cuidado aparece, assim, como algo “bom para a mente”, associado a uma prática tranquilizadora, mas que, simultaneamente, reafirma o lugar social da mulher como responsável pela manutenção da ordem doméstica. O prazer e o cansaço coexistem nessa experiência: ser reconhecida pelo que faz pelos outros, e não necessariamente pelo que é.

Essa valorização moral do cuidado como algo positivo mascara a dimensão de exploração que o sustenta, ao naturalizar a entrega contínua do corpo e do tempo das mulheres como expressão de amor, e não como trabalho. Assim, o mesmo gesto que produz sentimentos de utilidade e necessidade é também aquele que reproduz a invisibilidade social do trabalho reprodutivo, mantendo a lógica que exalta o cuidado como vocação feminina, mas raramente o reconhece como parte central da engrenagem que sustenta a vida e o próprio sistema capitalista.

Portanto, a invisibilidade construída em torno do trabalho reprodutivo, ainda que, em determinados momentos, as entrevistadas o reconheçam como labor, reforça a existência de um amplo contingente de serviços realizados de forma gratuita, cuja manutenção depende de trabalhos remunerados. Conforme discutido ao longo deste estudo (nas subseções 4.1.1, 4.1.2 e 4.2.1), essas ações reprodutivas são realizadas tanto em espaços ampliados, como indústrias ou casas de terceiros, sendo vendidas no mercado capitalista em troca de remuneração, quanto no interior dos lares, onde permanecem invisibilizadas e não remuneradas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo discutir os sentidos do trabalho reprodutivo a partir dos relatos de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica no município de Varginha–MG, à luz da Teoria da Reprodução Social. Para a realização da pesquisa, foram conduzidas nove entrevistas semiestruturadas, por meio do método de convivência, com mulheres participantes das ações extensionistas do Grupo de Pesquisa Gênero pela Não Intolerância (GENI/UNIFAL-MG). Após a transcrição do material empírico, os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), utilizando grades de análise de natureza mista.

A análise foi organizada em duas grades principais: Constituição inicial dos sentidos do trabalho reprodutivo e Os sentidos do trabalho reprodutivo que permanecem ao longo da vida, cada uma composta por dois eixos temáticos. Essa organização permitiu compreender como os sentidos do trabalho reprodutivo são construídos desde as primeiras experiências de trabalho das entrevistadas e como esses sentidos permanecem e se transformam ao longo de suas trajetórias.

De modo geral, os resultados indicam que os sentidos iniciais do trabalho reprodutivo estão fortemente ligados à organização familiar e à divisão sexual do trabalho. As entrevistadas relataram que, ainda na infância ou adolescência, passaram a realizar atividades relacionadas ao cuidado de irmãos mais novos e à manutenção da casa. Nessas experiências, o trabalho aparece, inicialmente, como uma condição de sobrevivência das famílias, mas também como uma prática atravessada por relações afetivas e pela ideia de dever familiar.

A partir da perspectiva da Teoria da Reprodução Social, é possível compreender que esses sentidos não se constroem de forma individual, mas estão relacionados a um processo histórico que atribui às mulheres a responsabilidade pelo cuidado e pela manutenção da vida. Essa lógica se expressa tanto no trabalho reprodutivo não remunerado quanto nas atividades remuneradas exercidas pelas entrevistadas, que, em sua maioria, também se concentram em funções reprodutivas, como cuidado, limpeza e preparo de alimentos.

Ao longo das análises, destacou-se uma contradição recorrente nas narrativas das entrevistadas. Quando falam de maneira geral sobre o trabalho, muitas o associam a valores positivos, como responsabilidade, esforço e dignidade. No entanto, ao descreverem suas rotinas cotidianas, tornam-se evidentes as experiências de sobrecarga, cansaço, dores físicas e marcas deixadas por uma vida de trabalho contínuo. Essa dualidade evidencia como o

trabalho é socialmente valorizado, mesmo quando realizado em condições que produzem desgaste e sofrimento.

Observou-se também que o reconhecimento aparece de forma distinta conforme o trabalho seja remunerado ou não. Quando se referem às atividades realizadas fora de casa, as entrevistadas destacam o elogio, a valorização e o reconhecimento como sentidos importantes. Em contraste, esses elementos não aparecem quando descrevem o trabalho reprodutivo não remunerado, ainda que, em muitos casos, se trate das mesmas atividades. Esse aspecto evidencia como a valorização social do trabalho está diretamente relacionada à remuneração, contribuindo para a invisibilização do trabalho reprodutivo realizado de forma gratuita.

De maneira geral, os sentidos atribuídos ao trabalho reprodutivo estão profundamente enraizados em construções sociais que o associam a obrigações femininas, sustentadas por valores como amor, família e responsabilidade. No entanto, esses sentidos não se limitam a essas dimensões, pois o trabalho reprodutivo também se relaciona à sobrevivência material e ao reconhecimento social, atravessando de forma central a vida das mulheres entrevistadas.

A partir das análises realizadas, é possível afirmar que o trabalho reprodutivo ocupa uma posição central na reprodução da vida social e no funcionamento do capitalismo, ainda que permaneça amplamente desvalorizado e invisibilizado. Compreender os sentidos atribuídos a esse trabalho, desde sua constituição inicial até aqueles que permanecem ao longo da vida, contribui para evidenciar as desigualdades de gênero que estruturam o mundo do trabalho.

Este estudo buscou contribuir para a ampliação das pesquisas sobre os sentidos do trabalho reprodutivo, especialmente a partir da Teoria da Reprodução Social, ainda pouco explorada nesse campo. Como limitação da pesquisa, destaca-se a proximidade etária das entrevistadas, decorrente do método de conveniência utilizado, o que sugere a necessidade de estudos futuros que contemplem uma maior diversidade de faixas etárias.

Por fim, compreender os sentidos do trabalho reprodutivo sob a perspectiva da Teoria da Reprodução Social significa reconhecer o papel fundamental das mulheres na sustentação da vida. Esse reconhecimento é essencial para o fortalecimento de políticas públicas que enfrentem as desigualdades de gênero, raça e classe, contribuindo para a valorização social e política do trabalho reprodutivo.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15ª edição. São Paulo: Cortez, 2015.
- ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, v. 18, n. 34, p. 19-40, 2015.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista outubro**, v. 23, n. 01, 2015.
- ARRUZZA, C. **Ligações Perigosas**: casamento e divórcio entre marxismo e feminismo. São Paulo: Usina, 2019
- BARCIM, G. “**Não só atender, mas para encantar**”: efeitos do sentido sobre a mulher trabalhadora do turismo. 2023. 77 páginas. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2023.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo** (trad: Luis Antero Reto). São Paulo: Edições 70, 2016.
- BHATTACHARYA, T. Explicando a violência de gênero no neoliberalismo. **Marx e o Marxismo**, v. 7, n. 12, jan/jun 2019.
- COSTA, T. S. **Sentidos do trabalho para mulheres negras atendidas em um Centro de Referência de Assistência Social**. 2023. 158 páginas. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2023
- COUTO, P. L. S. “**Eu enfrento a rua para suprir minhas necessidades**”: sentidos da vulnerabilidade e formas de enfrentamento/cuidado de si atribuídos por trabalhadoras sexuais. 2023. 294 páginas. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2023.
- DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Centauro, 2002.
- FALQUET, J. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 13, n. 1/2, p. 121–142, 2008. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3290>. Acesso em: 30 jan. 2025.
- FEDERICI, S. **Além da pele**: repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Elefante, 2023

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. [s.l.] Editora Elefante: São Paulo, 2019a.

FEDERICI, S. **O Patriarcado do Salário**: Notas sobre Marx, gênero e feminismo (v. 1). Boitempo Editorial, 2021.

FEDERICI, S. **Ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019b.

FRASER, N. Crise do cuidado? Sobre as contradições socio-reprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: Bhattacharya, T. (Org.) **Teoria da reprodução social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. Elefante: São Paulo, 2023.

FRASER, N. **Feminismo, capitalismo e a astúcia da história**. In: HOLLANDA, H. B., *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FRASER, N.; RAHEL, J. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREITAS, M. A. O. **Relações de gênero e sentidos do trabalho docente nas trajetórias profissionais de professores e professoras de geografia em uma escola pública estadual de Rondônia**. 2023. 120 páginas. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2023.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social**: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Ideias e Letras, 2007.

GOMES, J. G. **Os sentidos do cuidado**: a voz de cuidadoras remuneradas de idosos em Porto Alegre. 2021. 129 páginas. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Zahar, 2020.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Caderno de Pesquisa**, v. 37, n.132, p.595-609, 2007.

HIRATA, H. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França e Japão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n, spe 01, p. 15-22, 2011.

LICK, E. A. C. **Os sentidos do trabalho para mulheres bancárias, pós licença-maternidade, na contemporaneidade**. 2022. 205 páginas. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

LISBOA, A. P. **Os sentidos do trabalho sexual a partir da história de vida**: análise de narrativa de três trabalhadoras sexuais. 2021. 206 páginas. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

MANTOVANI, E. **Relações de gênero e trabalho feminino**: experiências, sentidos e

subjetividades das mulheres microempreendedoras individuais. 2022. 196 páginas. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2022.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital [1867] (trad. Rubens Enderle). São Paulo: Boitempo, 2017a

MARX, K. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira/ Karl Marx; Daniel Bensaïd; (trad. Daniel Bensaïd; Mariana Echalar). São Paulo: Boitempo, 2017b

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOSER, M. D. L. **Sentidos de trabalho para mulheres em situação de vulnerabilidade social**. 2024. 91 páginas. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

NASCIMENTO, B. A mulher negra no mercado de trabalho. **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 259-263, 2019.

OLIVEIRA, M. de J.; DE CAMARGO SAMPAIO, J. C.; SILVA, O. A. Entre e para além da literatura: um estudo da noção ‘escrevivência’, de Conceição Evaristo. **Nau Literária**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 166–194, 2021

PEREIRA, C. M.; CAVALCANTI, L. M. D.; TOLEDO; E. G. F. Educação em direitos humanos, artes e extensão universitária: um relato de experiência na educação básica. **Revista Ciência Sociais**. v. 23, n.3, p. 7-25, 2022.

ROSA, L. F. **Os sentidos do trabalho das mulheres na agricultura**. 2019. 85 páginas. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, vol 16, p.115-136, 2001

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classe**: Mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO

1. Com qual idade você começou a trabalhar? Qual a sua idade atual?
2. Por que você acha que começou a trabalhar com a idade que mencionou?
3. Quais trabalhos você já teve ao longo de sua vida?
4. Hoje em dia, você trabalha? Qual o seu trabalho atual?
5. Você desejou/ deseja trabalhar com alguma coisa?
6. Qual o sentido do trabalho realizado de forma externa para você? E do trabalho realizado em casa?
7. Você gostaria de adicionar mais alguma questão?

APÊNDICE B – POLÍTICA PÚBLICA DE CUIDADOS (PNC)

Este apêndice foi construído como um espaço de reflexão articulada entre as discussões teóricas e empíricas desenvolvidas ao longo deste trabalho e o debate contemporâneo em torno das políticas públicas de cuidados no Brasil. Seu objetivo é tecer aproximações entre as formulações da Teoria da Reprodução Social e os sentidos do trabalho reprodutivo emergentes nas entrevistas, em diálogo com as recentes iniciativas estatais voltadas a reconhecer e valorizar o cuidado como dimensão constitutiva da reprodução social.

Dessa forma, o apêndice não se propõe como um modelo prescritivo, mas como um exercício crítico de tradução e aproximação entre a produção acadêmica e o campo das políticas públicas, sinalizando possibilidades concretas para o enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e classe que atravessam o trabalho reprodutivo.

Quando este estudo estava em desenvolvimento, a Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024 (BRASIL, 2024), instituindo a Política Nacional de Cuidados (PNC), estava igualmente sendo formulada e promulgada. Esta legislação, em questão, eleva o cuidado de uma responsabilidade privada/familiar para um direito social e um dever do Estado, consolidando o arcabouço para a criação de um Sistema Nacional de Cuidados.

Esse alinhamento temporal demonstra a urgência dos debates, pesquisas e políticas públicas em torno da reprodução social e do cuidado. Para a Teoria da Reprodução Social (TRS), a invisibilidade do trabalho reprodutivo é o pilar da superexploração capitalista e patriarcal, logo se destaca por esta lente as necessidades de políticas de cuidado universais e integradas, como creches públicas em tempo integral, programas de atenção a idosos, lavanderias e cozinhas comunitárias

Do mesmo modo, esta ótica se posiciona de forma enfática contra as privatizações dos serviços de reprodução social e mercantilização destes para as famílias que possuem condições de comprá-las no mercado, ou para aquelas que não possuem, a delegação e a criação/ desenvolvimento de cadeias de cuidados dentro da família. Essa dinâmica reforça a desigualdade de gênero e classe, ao transferir para as mulheres, especialmente as das camadas populares, a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo não remunerado, sustentando assim a lógica de exploração característica do capitalismo contemporâneo.

A Lei nº 15.069/2024 (Art. 2º) estabelece que a Administração Pública Municipal deve ser o agente de deslocamento desse ônus. O TCC, ao expor a alienação e a sobrecarga (Grades 1, 2, 3 e 4 da Matriz Analítica, página 33), espera oferecer uma contribuição, mesmo

que inicial, a um possível diagnóstico empírico de que o Município poderia direcionar as suas agendas para traduzir o imperativo legal em gestão transformadora.

A invisibilidade do trabalho não remunerado (falas como "Eu não trabalhei") e o impacto da jornada dupla/tripla (constante exaustão) é uma questão presente em diversas falas das entrevistas, o que demonstra que o custo da reprodução social é cobrado do corpo e do tempo das mulheres. Neste ponto sonha-se como uma ideia com equipamentos que socializem o trabalho reprodutivo, envolvendo ações de expansão de creches em tempo integral (com horários flexíveis para mães trabalhadoras), a criação de lavanderias e cozinhas comunitárias. Estas ações estariam relacionadas ao objetivo legal de Universalização (Art. 4º) e debateriam diretamente as discussões da sobrecarga.

A Reafirmação Ideológica, marcada pela ideia socialmente construída de "amor e dever materno" é o mecanismo que aliena as mulheres e a sociedade em relação às concepções e trabalho reprodutivo. Nesta discussão é necessário pensar em discussões intersetoriais e transversais com a educação e outros setores (assistência social, empregos, entre outros). Voltados para a desnaturalização e debates sobre a divisão sexual e social do trabalho reprodutivo, não oferecendo apenas alternativas às mulheres mas investindo na cultura ao longo prazo que criam o discurso desta ação como uma "vocaçãõ feminina".

Estes são apenas um apontamento e reflexões sobre a emergência e a necessidade de agendas políticas em torno do cuidado. A luz da TRS, o TCC pode auxiliar a apontar algumas falhas da Administração Pública em internalizar que a reprodução social é um dos principais fatores na perpetuação da vulnerabilidade das mulheres. Claro que é importante destacar que mesmo que nas tradições marxista se compreenda o Estado como desfrute da classe dominante, este ainda é um espaço de luta e diálogo.

São diversos desafios (e também sonhos) para a implementação de políticas públicas que enfrentam a complexidade da reprodução social e das desigualdades de gênero. O posicionamento final deste TCC é de que a Administração Pública (tanto Municipal⁸, Unidades Federativas e União) não pode mais permanecer alheia ao trabalho reprodutivo invisibilizado e mal remunerado. Cabe a ela, agora amparada pela legislação, conduzir uma gestão transformadora que reconheça o cuidado como dimensão política, utilizando o planejamento e o orçamento como instrumentos de redistribuição do ônus, do valor e,

⁸ Destaca-se que no município de Varginha existe uma barreira, influenciada pelos movimentos reacionários e conservadores do município, para a realização de discussões sobre os estudos de gênero e palestras para debater a violência contra as mulheres nas escolas, decorrente do plano municipal de educação (lei ordinária n.º 6.042/2015), que descreve: "Não será permitida direta ou indiretamente implantar, lecionar e aplicar a ideologia de gênero no âmbito do Município de Varginha" (VARGINHA (MG), 2015, art.º 2, parágrafo único).

sobretudo, do tempo na comunidade. Somente assim o direito ao cuidado deixará de ser uma previsão legal abstrata para se tornar uma prática concreta e cotidiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. **Política Nacional de Cuidados**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm. Acesso em: 15 out. 2025.